



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1174/12	DATA: 21/08/2012
INÍCIO: 10h35min	TÉRMINO: 16h18min	DURAÇÃO: 03h37min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h37min	PÁGINAS: 83	QUARTOS: 44

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA – Operário. MARCELO NASCIMENTO BESSA – Secretário de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia. WILLIAN CESAR DE ANDRADE – Membro do Grupo de Trabalho sobre Tráfico de Pessoas da CNBB. LUIZ CARLOS MARTINS – Diretor de Energia da Camargo Corrêa, representando a empresa Camargo Corrêa. ERMÓGENES JACINTO DE SOUZA – Advogado.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Apreciação de requerimento.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve exibição de vídeo. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções. Há palavras ininteligíveis. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. A reunião foi suspensa e reaberta. Não tivemos acesso à leitura referida na reunião, razão pela qual não foi conferida.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, nós declaramos aberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, compreendida na vigência da Convenção de Palermo.

Já distribuimos a cópia da Ata da reunião anterior, e sendo assim, eu indago se há necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Solicito dispensa da leitura.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Solicito dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Acatado o pedido de dispensa de leitura do Deputado Luiz Couto e do Deputado Asdrubal, está em discussão a Ata. Não havendo quem a discuta, em votação. Srs. e Sras. Deputados que estão de acordo com Ata permaneçam como estão. A Ata está aprovada.

Eu queria informar que nós estamos já realizando, já está em curso, o processo de eleição da Vice-Presidência desta Comissão, cuja candidatura do Deputado Luiz Couto deverá ser confirmada, com a ausência, com o pedido de declínio da Deputada Erika Kokay, em função de a mesma presidir uma outra CPI, CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, portanto, os seus afazeres naquela CPI a levaram a pedir a sua substituição na Comissão, e como a indicação é do Partido dos Trabalhadores, o PT indicou o Deputado Luiz Couto para assumir a sua vaga. Os Deputados que porventura ainda não exerceram o direito do voto podem, ao longo da nossa audiência, fazê-lo.

Eu queria comunicar aos Srs. e Sras. Deputados e Deputadas o ofício recebido do Sr. Santoro Fonseca, advogado, comunicando que o Consórcio Energia Sustentável do Brasil — ESBR, Sr. Vitor Paranhos, solicitou o adiamento de sua convocação para participar desta audiência pública, tendo em vista um atestado médico que chegou aqui ao conhecimento desta Presidência justificando a impossibilidade de exercer as atividades laborativas e outros e colocando-se à disposição desta CPI para uma próxima data que for da nossa conveniência. Então, dando ciência da ausência justificada, através de atestado médico, pelo Sr. Vitor Paranhos, que está impossibilitado de ambular, segundo o atestado do Dr. Sérgio Silveira Meirelles, impossibilitado de ambular e, portanto, impossibilitado de exercer



as suas atividades e outras atividades, visto estar em recuperação pós-operatória de cirurgia de varizes de membros inferiores a serem realizados nesta data. Então está aqui a justificativa, e eu peço à assessoria da Casa, Manoel, que possa agendar para uma data posterior ao dia 7 de outubro a vinda do Sr. Vitor Paranhos a esta Comissão. De forma especial nós vamos recebê-lo aqui para prestar os esclarecimentos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Hein? Pois é, para uma data posterior, porque pelo calendário da Presidência da Casa, Deputado Marco Maia, nós vamos ter poucas sessões deliberativas, e a CPI já está com a sua agenda comprometida de audiências e reuniões. Então eu peço que possa ser marcada para uma data posterior e depois a gente vê qual é a data e comunica. E eu acho até que para ele deve ser melhor, por conta do tempo necessário para ele se recuperar da cirurgia a que foi submetido de varizes, eu acho que já terá condições de ambular nesta CPI e, portanto, ser ouvido de forma isolada.

Bom, queria comunicar também os ofícios da Deputada Flávia Moraes, do Deputado Severino Ninho, justificando a ausência à reunião de hoje; aliás, à reunião do dia 7 de agosto.

Eu queria informar também que o Prof. Willian Cesar de Andrade, membro do Grupo de Trabalho de Tráfico de da CNBB, que estará aqui representando a Irmã Rosita Milesi, da Pastoral da Mobilidade Humana, também justifica o seu atraso, por conta do avião que chegou há pouco. Ele está a caminho desta audiência.

Ofício também da Liderança do PSDB indicando o Deputado Paulo Abi-Ackel para a vaga de titular desta CPI, que ainda era uma vaga não preenchida pelo PSDB, e também do PSDB indicando a outra vaga ao Sr. Nelson Marchezan Junior, do PSDB do Rio Grande do Sul, também como suplente do Deputado Paulo Abi-Ackel.

Bom, então nós gostaríamos, dando início à nossa reunião, eu queria convidar, primeiro, registrar a presença dos Deputados Sibá Machado, a presença do Deputado Asdrubal Bentes, Deputado Moreira Mendes, Deputado Luiz Couto, Deputado Marchezan, por enquanto.



Quero convidar, para o início desta audiência, o Dr. Marcelo Nascimento Bessa, Secretário de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia, se estiver presente.

Gostaria de convidá-lo para fazer parte da Mesa, Sr. Secretário.

Queria convidar o Dr. Luiz Carlos Martins, Diretor de Energia da Camargo Corrêa, representando aqui a empresa Camargo Corrêa.

Queria convidar o Dr. Ermógenes Jacinto de Souza, se estiver presente.

Queria convidar o Sr. Raimundo Braga da Cruz Sousa, trabalhador lá do... O Sr. Raimundo está vindo.

O Prof. Willian César, representando a CNBB , já chegou? Já está aí? Pode sentar-se, por favor.

Antes de iniciarmos as nossas oitivas aqui, nós vamos dar conhecimento aos senhores de alguns procedimentos que são exigidos pelo nosso Regimento Interno para audiências dessa natureza. Os nossos convidados aqui terão um tempo de 20 minutos, em regra, que pode ser, evidentemente, flexibilizado para menos ou para mais, de acordo com o interesse, com a dinâmica. Aqui nós não vamos fazer nenhum tipo de rigor que possa prejudicar o andamento dos depoimentos.

Esses depoimentos não podem ser aparteados, também por exigência regimental. E os Deputados, em seguida, têm a sua livre inscrição para fazer os seus questionamentos também para os nossos convidados.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado Asdrubal.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Nós temos hoje aqui sete convidados presentes. Então, eu creio que nós temos que otimizar os trabalhos de tal forma que os primeiros a se manifestarem não fiquem presos aqui até o fim da audiência. Queria solicitar a V.Exa. que ouvisse os meus pares no sentido de dividir em dois blocos. Um bloco de três e depois as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só uma correção, Deputado Asdrubal.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Ou, se V.Exa. assim preferir, à medida que cada um se manifeste, sejam feitos os questionamentos pelos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós temos na verdade, na prática, cinco só convidados, dos sete. Nós já apresentamos a justificativa de dois. A Sra. Cleonildes teve um problema de falecimento, me parece, de um parente próximo e não pôde vir. E o representante do consórcio, que justificou por estar convalescendo de um pós-operatório. Nós até já encaminhamos para ouvi-lo separadamente numa nova oportunidade. Então, na verdade nós temos cinco convidados, dos quais quatro presentes, um está deslocando-se do aeroporto, porque atrasou o seu voo.

Então, concordando com o encaminhamento de V.Exa., talvez não haja nem necessidade disso, a gente possa ouvir rapidamente e depois facultar a palavra aos Deputados normalmente.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - O problema é que cada um vai dispor de quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - No máximo, de 20 minutos, como regra regimental.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - V.Exa. sabe que esta Casa é uma casa de loucos. Todos nós temos de louco um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Estou tomando conhecimento disso agora, Exa., mas tudo bem. Respeito a opinião de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - E é uma casa onde nós temos múltiplas atividades. Então, a par desta audiência, alguns têm audiência em algum Ministério e têm de sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Por isso eu sugiro que se otimize dividindo em dois blocos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo.

A priori, nada a opor à sugestão de V.Exa. É evidente que as pessoas que tiverem alguma outra agenda ou outro compromisso, como a gente trata isso regularmente, a Mesa já, *a priori*, acata a justificativa se, porventura, algum



Deputado ou algum dos nossos convidados tiver... E nós já temos a informação de que alguns terão que se ausentar em função de seus compromissos outros de horário. Não há nenhum problema. Mas eu não tenho nada a opor ao encaminhamento de V.Exa. Esta audiência pública — só para situar a todos, e já foi feito isso formalmente, mas apenas para comunicar a todos os interessados —, nós recebemos aqui, na Comissão de Direitos Humanos e na CPI do Tráfico de Pessoas uma denúncia, algum tempo atrás, encaminhada por um conjunto de entidades, dentre as quais a Ordem dos Advogados do Brasil, a Arquidiocese de Rondônia, CEBRASPO e outras entidades, acerca de alguns episódios envolvendo os direitos de trabalhadores no complexo de Jirau, na Hidrelétrica de Jirau. Parte dos fatos relacionados a episódios que foram de conhecimento público, os episódios de uma paralização, de uma greve com outras decorrências a partir desse movimento. E resolvemos aqui, na Comissão, ouvir de perto, vamos dizer assim, essas denúncias. E nos foi encaminhado todo um farto material. A partir desse contato, à época, com algumas das entidades, inclusive com Dom Esmeraldino, Arcebispo de Rondônia, com a Ordem dos Advogados local, com a Ordem dos Advogados aqui em Brasília, o Conselho Federal, através de um contato que fizemos com o Presidente Ophir Cavalcante. Ele designou um advogado para acompanhar o caso.

Em resumo, a partir desse episódio nós resolvemos, então, fazer esta audiência, marcada inicialmente para outra data. Depois, por uma série de ponderações, resolvemos adiá-la para hoje. E o nosso objetivo aqui é ouvir o conjunto das partes acerca do episódio e a CPI, num outro momento, vai fazer a sua análise e proceder ao que julgar necessário.

Então, a nossa audiência é exatamente para isso. Eu já agradeço antecipadamente a aquiescência de todos os nossos convidados aqui presentes para que a gente possa realizar esta audiência pública.

O nosso encaminhamento vai ser, acho, o caminho natural, a partir do fato gerador. Eu sugiro que nós possamos ouvir o Sr. Raimundo Braga da Cruz Sousa, em seguida os demais representantes das entidades convidadas aqui presentes.

Em seguida, facultamos a palavra aos nossos Deputados e Deputadas membros desta Comissão. Se todos estão de acordo com esse encaminhamento, eu queria facultar então a palavra ao Raimundo, para fazer o seu depoimento, prestar



os seus esclarecimentos dos fatos ocorridos. O senhor tem 20 minutos, Sr. Raimundo. Eu queria só que o senhor pudesse... Só um minutinho. *(Pausa.)* Só um minutinho, pois há um aspecto regimental que é obrigatório fazermos.

Queria só que você, Raimundo, antes de se manifestar, lesse essa declaração de juramento e depois se identificasse para que todos pudessem ter conhecimento.

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - *“Faço bom a palavra de hora e promessa de dizer a verdade do que soube e me for perguntado.”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado.

Então, o senhor pode se identificar e fazer o seu relato.

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Bom dia, pessoal. Meu nome é Raimundo. Eu estou aqui apenas, mesmo, só para falar a verdade do que aconteceu comigo dentro da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Rondônia. Então, foi uma coisa que aconteceu lá, porque eu vim da minha cidade apenas para construir minha vida, ter um futuro melhor mais para frente, já que lá as coisas é mais difícil. Então, eu vim tentar conseguir uma coisa melhor, trabalhando, deixando meu suor, e levar o dinheiro deles para construir, ajudar minha família, minha mãe. Então, aconteceu coisas que eu nunca pensei na minha vida de acontecer comigo. Então, como eu vim de lá, de minha cidade, tinha um gato lá, que disse que estava pegando gente e estava levando. Passou na rádio, então eu fui colocar meu nome lá. Então, aí, eu botei meu nome e ele me cobrou, nesse tempo, 500 reais. Isso, pra levar. E pediu identidade e CPF. Então, no dia que foi viajar essa carrada pra Rondônia, eu não consegui o dinheiro. Então, depois eu fui mais atrás. A carrada dele foi embora, porque eu não tinha o dinheiro pra pagar, então ele não levava. Disse que eu não tinha o dinheiro. Então, foi embora a carrada. Uns 15 dias depois eu arrumo o dinheiro emprestado, eu consegui. Então, eu fui. Quando eu chego lá, eu já encontro os colega meu na rodoviária, em Porto Velho, rodado, que disse que ele tinha só pegado, levou, chegou lá, só deixou lá e disse: “Não, SINE é pra ali.” E só mostrou o SINE. E ele sumiu. Então, disse que a negada queriam era matar ele, por causa que ele deixou todo mundo lá, sem dinheiro e rodado, e a Camargo Correia não estava pegando. Disse que com 2 meses depois, com 1 mês depois foi que ela estava pegando, estava fichando a negada, que foi o tempo que eu cheguei.



Eu peguei, levei meus papel, aí os outro também levaram. Aí foi que ela chamou nós. Então, eu entrei pra dentro do canteiro de obras do Jirau. Eu trabalhei 8 meses. Aí foi que começou o motivo dessa greve lá. Começou a greve, aí, um dia, eu estava pro Jaci, e quando eu cheguei lá não tinha ônibus. O ônibus estava levando só até o meio do caminho, não estava levando até lá. Aí, então, quando eu cheguei, na volta da 1 e pouco da manhã, de longe eu vi aquele fogo. Então eu saí correndo pra pegar os meus pertences, que estavam no meu quarto: meus documento, minhas roupa. Então, eu chego lá, não tinha pegado fogo no meu pavilhão. Eu só entro, arrumo minhas coisas. Aí eu arrumo. Quando eu digo: “Olha, é o seguinte, eu vou bem aqui, assim, no pavilhão 2, atrás dos colega que mora na mesma cidade que eu moro. Já que coisaram esses fogo aí, então ela vai mandar nós pra casa e depois ela vai mandar chamar.” Então, eu fui. Aí eu peguei minha carteira de cigarro, acendi meu cigarro e saí, né, riscando o isqueiro. E fui embora. Quando eu cheguei lá, eu perguntei pelo meus colega na frente, meus amigos, lá. Aí disseram que eles não estava lá. Aí eu procurei lá por detrás. Eu rodeei. Quando eu rodeei por detrás do pavilhão, chegou um policial me dando ordem de prisão, mandando eu ir pra parede, me chamando de vagabundo. Eu disse pra ele que eu não ia, não, que eu não devia a ele; que eu estava ali dentro era trabalhando, ganhando meu dinheiro, então ele não podia me chamar de vagabundo, não, e ele não ia me levar preso. Aí ele já puxou a arma dele, engatilhou do meu rumo. Aí, quando eu me espanto, aparece um num canto e outro no outro do pavilhão, já dizendo que era pra mim ir pra parede. Aí meu colega que estava conversando comigo disse: “Olha, vai que ele vai te atirar, ele vai te matar”. Eu disse: “Pode deixar que se ele quiser atirar ele pode atirar, que eu não devo ele, não. Então, eu não vou me entregar a ele, não”. Aí, com muita luta foi que apareceu mais um policial. Aí eu fui pra parede. Aí eles me algemaram. Aí me levaram. Quando ele chegou... A viatura dele estava localizada do lado do meu quarto, do meu pavilhão. Então, quando chega lá, tremeu o pavilhão: meus colega não queriam deixar me levar, porque disseram que eu não tinha nada a ver, porque nem lá eu estava. Aí eles: “Não, nós vamos levar ele ali e já nós traz”. Aí, (*ininteligível*) pegaram eu. Aí me levaram e me jogaram bem no meio. Aí, quando entra um policial de um lado e outro do outro. Quando eu já espanto, vira a pancada na boca do meu estômago. Aí se acabou o homem. Aí ele disse: “Olha aí, miserável,



o que tu fez aí. Tu acabou com tudo”. Eu digo: “Não, senhor, não fui eu. Eu não tenho coragem de fazer uma coisa dessa aí”. Aí ele disse: “É, depois que tu acabou com tudo, né, desgraçado, agora tu diz que não foi tu, né? Mas tu vai dizer pra nós quem foi e quem é teus companheiro, porque eu sei que não só foi você. Não tem condição de você fazer uma coisa dessa aí só, não. Então, hoje você vai dizer quem é o outros companheiro”. Então, eles me levaram lá pro... Entraram comigo na obra, me mostraram, e depois me levaram lá pro (*ininteligível*), que é o alojamento das mulher e dos encarregado. Me trancaram lá dentro de um quarto e eu apanhei de 2 e meia da manhã até 6 e meia, pra mim contar quem era meus colega, os outros tocador de fogo. Eu dizia pra eles me soltar até pelo amor de Deus, que eu não sabia quem era. Aí eles começaram a bater. Me bateram até 6 e meia. Depois foi que entrou um, aí eu vi, que depois ele mandou eu olhar pra ele, aí eu olhei e eu vi quando ele sacudiu um vidro. Sacudiu pimenta no meu olho. Aí eu já não enxerguei mais nada. Aí, quando eu ouvi quando ziniu a porta, quando eu ouvi que a porta abriu, aí eu ouvi aquela voz, que disse: “Olha, para com isso aí que nós pode ser complicado, que nós estamos dentro do canteiro de obra”. Aí foi que ele parou de me chutar, que ele estava me chutando e eu só rolando no chão. Ele chutando minhas coxas. Eles pararam e foi mais ou menos uma hora depois que eu fui voltar a enxergar. Era por volta das 7 e pouco já, da manhã. Aí me pegaram e me levaram lá pra delegacia de Nova Mutum. Quando eu estou lá, dentro da cela, lá pra tarde, o delegado chegou e disse: “É, vamos te levar mesmo. Disse que tu, disse que foi você mesmo. Apareceu lá o colchão que você tocou fogo”. Então, aí, deu poucas horas a Camargo chegou com os papel da minha justa causa pra mim assinar. Aí eu disse pra ela que eu não ia assinar não; que eu não devia eles, não; que eu queria apenas que eles me soltassem dali e me pagassem o que era meu e podiam me mandar eu embora que eu ia tranquilo, satisfeito. Então, me jogaram foi dentro de um presídio, lá. Passei 15 dias numa cela que dá mais ou menos 1 metro com uns 3 metros de tamanho. Tinha eu e mais seis. Passei 15 dias. Até água pra beber lá escorria na parede, porque é 10 minuto de água lá dentro do presídio. Então, a água é bem fraquinha. Não tinha força de jogar longe. Então, ela só escorria. Pra você conseguir dois litros de água pra beber no correr do dia, você botava a boca do litro na parede pra encher. Então, nós era 24 preso. Desses 24... Eles não sabia que eu



tava lá, que era a Liga Operária, que é o Sr. Jeferson. E aí tinha o Dr. Ermógenes, o mesmo que me jogou pra lá, que me encontrou. Só que eles não sabia que eu tava lá, no meio desses 24. É que eu acho que se não fosse eles eu ainda tava igual os outro, porque tem 12 aí que ninguém sabe pra onde está; sumido. Ninguém sabe onde está os 12. Então, eu passei 54 dias preso. Aí, de lá, depois, eu saí. Aí eu fui... No dia 30 eu fui lá. Entrei na Camargo, lá. Aí cheguei lá eu fui lá no escritório central e perguntei: "Ô, eu queria saber qual é o motivo da justa causa do Raimundo". Aí ele só olhou pra mim e entrou lá pra dentro e foi pra mesa dele. Quando ele bateu lá e coisa, ele voltou, olhou pra mim, levantou e entrou lá pra dentro mesmo. Já não vi mais ele. Mais ou menos com uns 10 minutos aparece 5 guarda, que é a guarda que tem lá dentro, da Patrimonial. Aí perguntou: "Quem é o Raimundo aqui?" Eu disse: "Sou eu". Ele: "Olha aqui, você vai assinar a justa causa agora ou você não vai?" Eu digo: "Ô, eu não vou, não, porque eu não devo vocês, não. Então, eu queria apenas que vocês me pagassem, acertassem comigo direitinho, me dessem o que é meu e mandassem eu embora, porque eu estou sem passagem, não tenho nada pra ir embora". "Rapaz, você vai assinar a justa causa ou não vai?" "Eu não vou." Então, eu não asSINEi. Porque no dia que eles levaram pra mim dentro da delegacia eu não asSINEi, então, eu ia assinar agora, depois que eu fui julgado, fui absolvido e fui atrás do meus direito? Então, eles me pegaram. *"Ele está despachado. Pode jogar ele na portaria"*. Aí me jogaram na portaria pior do que um cachorro. Não tinha roupa, eu não tinha documento. Eu disse: *"Agora eu vou pra onde, senhor?"* Porque eu não tinha roupa, eu não tinha documento. Eu vou sair sem roupa? Eu estava pior do que um mendigo, do jeito que eles me jogaram lá. Então, eu fui na delegacia de Nova Mutum registrar queixa. Então, foi aí que o delegado entrou lá dentro mais eu, e eu cheguei lá e não tinha nada meu. Sumiu tudo meu: documento, roupa, sumiu tudo. Eu fui lá, no quarto, lá, já tinha outros moradores. Então, aí, nunca acertaram comigo. Eu queria apenas que me dessem o que era meu. Eu ia pedir o que era meu. Então, agora, eu vou atrás dos meus direitos. Eu vou atrás dos meus direitos agora. Porque eu passei coisas lá que acho que nem um bandido não passa aquilo que eles fizeram comigo lá. Eu nunca fui preso na minha vida. Nunca chegou um policial na porta da minha mãe. Principalmente, porque eu acho que nós, do Nordeste, nós não temos valor, você entendeu? Nós não temos valor. É do Piauí, de



onde eu moro, no Maranhão. Nós não temos valor. Só que eles têm que saber dar valor à gente. Porque um canteiro de obra daquele ali só vai pra frente por nossa causa. Só máquina não faz, não. Tem que ter a mão de obra, que somos nós. A máquina faz aquela parte, mas temos nós, ajudantes. Eu, principalmente, era ajudante. Eu ganhava 3,63, na carteira, um ajudante. Sofria muito. Fora as outras coisa que eu via acontecer lá dentro. Caiu uma pessoa, senhor, mais ou menos de 50 metros de altura, com todo aquele equipamento no corpo dele. Quando bate no chão... Acho que no caminho ele já vem morto, aquela pessoa. Aquele operário já vem morto no caminho. Os técnicos de segurança, na mesma hora, vão, cercam a área e dizem: *“Está vivo. Vamos recolher”*. Dizem que lá dentro do canteiro de obra da Camargo nunca morreu ninguém, só no caminho de Porto Velho. O caminho de Porto Velho é que é o assassino. Mas por quê? Teve muita gente que me perguntou: *“Ah, Raimundo, mas será que esse corpo dessa pessoa, depois que sai lá de dentro da portaria, será que vai pra terra natal?”* Eu disse: *“Aí é que está, porque dentro do próprio canteiro de obra são poucos operários que sabem que aquele funcionário morreu”*. Não é muito, não. Só aqueles que veem na hora. Porque na mesma hora vai recolhido. Aí diz que morreu no caminho de Porto Velho, sendo socorrido. Aí diz: *“Será que chega lá na terra natal dele?”* Eu digo: *“Aí é que está, porque aqui dentro ninguém sabe”*. É pouca gente que sabe que aquela pessoa morreu. Imagino quando sai dali da portaria pra fora! Ninguém sabe pra onde vai, com certeza, não é? Será que chega em casa, ao menos o corpo? Então, também, o sindicato, no dia que estava todo mundo de greve, lá, o sindicato foi lá dentro. Foi perguntar: *“Negada, vocês... quem não quiser trabalhar, traga a carteira de vocês que eu dou baixa. Eu dou baixa e mando vocês tudo pra casa”*. Então, todo mundo perguntou, mandou ele repetir de novo. Então, ele repetiu. Então, a negada meteu foi pedra mesmo. Porque que sindicato é esse que diz lá que é sindicato dos trabalhadores — ele bota na parede, diz que é dos trabalhadores —, mas vai dizer uma proposta dessa para os trabalhadores? Quem não quiser trabalhar, traga as carteiras que ele dá baixa, que ele manda embora? Nós não fichamos com ele! Então, ele não pode dizer uma coisa dessas. Então, entrou foi na pedra mesmo, lá, pra sair. Quebraram o carro dele na pedra, porque olha a conversa que o sindicato vai perguntar pras pessoas, pros trabalhadores, na faixa de 14 mil operários! Nós queremos recurso, é



aumento. Tem que dar valor ao trabalho da gente. Então, aí eu queria agradecer também à Liga Operária, que é o sindicato sério lá de Belo Horizonte. Quero agradecer a eles muito, porque eles é que me socorreram dentro do presídio, na pior situação que eu estava. Então, eu acho que esse favor não tem nem como eu pagar a eles, não, porque eles me socorreram lá. Eles salvaram tipo uma vida, porque os outros 12 que estão sumidos ninguém sabe onde estão. Então, eu acho que era pra eu estar também no mesmo caminho deles. Só que Deus botou eles no meu caminho, pra eles me encontrarem. Todo esse sofrimento meu que eu passei vai... Também vou seguir minha vida em frente, pedindo o apoio de vocês. Eu vou seguir minha vida em frente. Não vou parar, não. Não vou baixar minha cabeça, não. Só que eu queria apenas que eles me dessem... acertassem comigo, porque tem... tem tudo. Tem meu acerto, porque eles não me deram nem um real, não. Eu trabalhei outro mês. Do jeito que eu fui lá, ele para ele vir: *“Não, Raimundo, está aqui. Vamos embora. Está aqui”*. Porque eu tenho todo o meu direito de receber, porque eu fui julgado, eu fui absolvido, então o juiz comprovou que eu não tenho nada a ver com isso. Então, eles tinham direito. Não podem me dar justa causa. E mesmo porque eu nunca asSINEi justa causa lá não, e nem assino. Era só isso mesmo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Raimundo.

Queria registrar a presença do Deputado Paulo Abi-Ackel e da Deputada Marinha Raupp, que está presente aqui na nossa audiência.

Bom, eu vou... Acatando a sugestão, a gente vai passar já para o próximo e, depois, fazer em bloco. Não é essa, Deputado Asdrubal, a sua sugestão? *(Pausa.)*

Queria passar a palavra ao Dr. Marcelo Nascimento Bessa, que é Secretário de Segurança do Estado de Rondônia, para fazer as suas considerações.

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Sr. Presidente, bom dia. Em seu nome, gostaria de estender os cumprimentos aos demais membros da Comissão e em nome do Deputado Moreira Mendes e da Deputada Marinha Raupp, do Estado de Rondônia, cumprimentar os demais Parlamentares presentes aqui neste recinto, o público em geral e a imprensa.

Vou lhe pedir vênias para que a gente possa se levantar, se pôr de pé e fazer uma breve apresentação de alguns eslaides, mas que seja o mais breve possível. E



vou tentar aqui, por obviamente não estar na condição de testemunha, me ater a fatos, sem fazer qualquer tipo de juízo de valor, na minha função como Secretário de Estado da Segurança. *(Pausa.)*

Os eslaides que serão apresentados aqui — é o tempo que a gente começa a adiantar a nossa fala já, ao passo que a parte técnica vai fazendo o seu trabalho — vão se resumir à questão dos eventos ocorridos nos canteiros de obras de Jirau e de Santo Antônio, basicamente os eventos em que ocorreram depredações e incêndios no interior desses sítios de obras; ao trabalho da segurança pública dentro desse contexto; e às consequências realmente das prisões, dos fatos envolvendo essas prisões dos supostos envolvidos nos fatos em que houve esses casos de depredações e de incêndios ocorridos nos canteiros de obras.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, peço para entregar o microfone para ele poder falar de pé aí e para apagar essa lâmpada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O microfone sem fio está aí?

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Como falei, Presidente, vou me permitir ficar em pé, aqui ao lado, para poder ter a visualização dos eslaides.

O senhor pode abrir aqui, Major? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está sem sinal aí? Onde é o problema? *(Pausa.)* O.k. aí ou não?

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Presidente, para ganhar tempo aqui, então, já vou passar às suas mãos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dr. Bessa, só um minutinho.

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Para a gente saber o seguinte: vai dar jeito ou é um teste? *(Pausa.)* Pois não. Então, vamos ganhar tempo aqui.

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Eu vou fazendo algumas considerações, porque nós ganhamos tempo aqui. Eu sei que é precioso o tempo de todos aqui.

Aqui eu passo às suas mãos, Presidente, para que a Comissão possa instruir melhor seus trabalhos e a apuração da verdade dos fatos que estão sendo aqui suscitados perante esta Comissão... Eu tenho um relatório de inteligência que já foi



elaborado. Inclusive esse mesmo relatório foi encaminhado à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, porque a provocação que a Secretaria de Segurança Pública recebeu foi feita tanto por esta Comissão como também pela Ouvidoria.

Temos aqui, inclusive, o inquérito policial que foi instaurado para apurar supostas irregularidades e, particularmente, as torturas que foram supostamente cometidas. Foi instaurado um procedimento próprio para essa finalidade.

E esses dois volumes aqui são relacionados à chamada Operação Vulcano, que foi a operação da Secretaria de Segurança Pública em que houve a expedição de 24 mandados de prisão em desfavor dos supostos perpetradores do evento que ocorreu nas Usinas de Jirau e Santo Antônio, mas, particularmente, Jirau.

Nós temos uma particularidade com relação a esses canteiros de obras. A Usina Hidrelétrica de Santo Antônio se situa mais próximo de Porto Velho, praticamente no perímetro urbano, e tem particularidades que a diferem do canteiro de obras de Jirau, que já dista mais de 100 quilômetros de Porto Velho.

É característica do canteiro de obras de Jirau, que é administrado pela Camargo Corrêa, a utilização de mão de obra mais de trabalhadores de fora do Estado, até porque mesmo o Estado não consegue suportar a demanda desses canteiros de obras; já chegou a época de os dois somados terem mais de 22 mil trabalhadores.

Então, estamos aqui para falar que, em termos de segurança pública no Estado de Rondônia, essas obras, a par de trazerem benefícios de desenvolvimento econômico, por outro lado, também nos fizeram ter graves questões relacionadas ao próprio recrudescimento da criminalidade dentro da segurança pública e outras questões de natureza socioeconômica também que não foram muito favoráveis.

Não houve uma preparação prévia para que o Estado de Rondônia, particularmente a área de impacto, como a Capital e os Municípios adjacentes, pudesse receber essas obras com uma certa antecedência, e o Município pudesse se preparar em termos de segurança pública, de saúde, de suporte à educação, ou seja, toda uma infraestrutura que poderia suportar essa demanda de trabalhadores e todas as empresas e todos os empregos indiretos gerados por esses empreendimentos do PAC.

Pronto agora? Ainda não? *(Pausa.)* Ah, ótimo.



Nós tivemos... Inclusive, essas problemáticas ocorridas nesses canteiros de obras, com essas situações de depredações, não foram uma vez só. Começamos a ter esses episódios em 2011. Então, nós temos todos esses relatórios aqui a serem apresentados. E também no ano de 2012 se repetiram episódios, dessa vez até relacionados a questões trabalhistas, a reivindicações por questões salariais e outras de assunto interno de relação trabalhista.

A polícia, nesse contexto, esteve dentro desses canteiros de obras com a única finalidade de evitar a prática de crimes ali dentro, como foi o caso dos incêndios e depredações desses canteiros de obras.

Aliás, a segurança pública do Estado de Rondônia vem padecendo por conta dessas demandas. A nós não é interessante colocar policiamento dentro de canteiro de obras. Já manifestamos essa nossa preocupação e esse nosso repúdio, até, em nome do Estado de Rondônia, de que o Estado seja penalizado. Já foi penalizado pelo fato de não ter a devida compensação social para que pudesse implementar as condições mínimas ali, para acompanhar esse desenvolvimento.

Em segundo lugar, quando ocorrem eventos críticos dentro do canteiro de obras, com a dimensão que esse canteiro de obras possui, nós temos que esvaziar o nosso policiamento da Capital e de regiões próximas, inclusive do interior do Estado, para atender essas demandas dentro do canteiro de obras. Então, para nós, não é interessante. Alguma forma deveria ser pensada com a Força Nacional ou outras instituições.

Aqui se alegam questões relacionadas a violações de direitos humanos e questões de crimes que, em tese, poderiam ser crimes contra a organização do trabalho, que seriam de competência da Justiça Federal e, por conseguinte, de atribuição da Polícia Federal também.

Então, não temos nenhum interesse em apurar. É um desgaste para o Estado, é um prejuízo à população dos Municípios próximos e, inclusive, de todo o Estado, que acaba padecendo por conta desse grande efetivo que deve ser remanejado nessas situações críticas no interior desses sítios de obras.

Vou adiantar outro tema enquanto não apresentam os nossos eslaides, especificamente com relação aos supostos desaparecidos. Dos 24 mandados de prisão expedidos, 11 foram cumpridos, e os demais estão supostamente



desaparecidos. Nós temos uma investigação que foi conduzida dentro do devido processo autorizado pela lei, prisões que foram decretadas pelo Poder Judiciário, e todos os elementos probatórios estão acostados a esses procedimentos que aqui são apresentados para que a Comissão instrua seus trabalhos. E eu não diria que esses que não foram encontrados sejam desaparecidos; são na verdade pessoas foragidas da Justiça. Essa é a denominação que estamos dando aqui.

Revogação da prisão ou anulação ou arquivamento desses procedimentos não é uma coisa que nos compete como segurança pública e como órgão de polícia judiciária. É algo que deve ser apresentado ao juízo competente para que ele julgue a conveniência ou não da manutenção desses decretos de prisão. Se entender por bem que devam ser revogados, eu tenho certeza de que esses desaparecidos vão aparecer, porque nesse momento não terá mais esse édito de prisão decretado em seu desfavor. Então, de nossa parte, como segurança pública, estamos aqui com os elementos sendo apresentados, e as prisões não foram prisões administrativas, não foram prisões em flagrante, foram decretadas pela Justiça, através de uma prisão preventiva devidamente fundamentada pelo magistrado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. aí ou não? Rapaz, já acabou o relatório. O Secretário já apresentou quatro relatórios aqui e... *(Pausa.)*

Parece que encontraram o caminho já. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos lá. Parece que agora... *(Pausa.)*

Bom, vamos lá. Retomando os nossos trabalhos, o Secretário Bessa está concluindo as suas informações.

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Bom, Deputado, então temos aqui um resumo breve. Eu vou tentar ser bem resumido realmente nessa explanação sobre esses fatos que ocorreram em 2011 e 2012, no canteiro de obras das duas usinas hidrelétricas, Jirau e Santo Antônio.

(Segue-se exibição de imagens.)

Dentro da construção desses complexos, houve alguns tipos de manifestações, de caráter criminoso, obviamente, de depredação de instalações, de incêndio de instalações e veículos, no interior desses canteiros de obras, que



exigiram intervenção policial para fazer cessarem essas atividades e identificar os responsáveis por esses fatos.

Aqui, nós temos algumas imagens de alguns fatos. Dia 28, particularmente, em 2011, foram os primeiros registros dentro da Usina de Santo Antônio. Durante a madrugada houve um tumulto no canteiro de obras, ocasião em que um dos ônibus de passageiros foi incendiado.

Os eventos em Santo Antônio têm se mostrado menos agressivos. Normalmente, as medidas... Quando a empresa já verifica uma iminência de um conflito, ela já libera seus funcionários, que, em sua maioria, são da própria Capital. Então, com esse esvaziamento do canteiro de obras, acaba se elidindo a possibilidade de conflitos mais graves.

Então, no dia 15 de março, na Usina de Jirau — essa aqui já no caso de Jirau —, por volta de 17h30, na rodoviária, houve uma discussão entre um motorista e um funcionário da empresa, e isso aí se desenvolveu, evoluiu para um quadro de depredação sem precedentes. Isso aqui foi inclusive até mais grave do que o que ocorreu em 2012 — não sei os números agora de cabeça, não acrescentei essa informação —, em quantidade de ônibus incendiados, de alojamentos e áreas de convivência que foram destruídas.

Aqui, dá para se perceber o fenômeno, o incêndio ainda em andamento, quando houve intervenção das forças. Inclusive, a própria polícia estava dentro do canteiro quando houve essa evolução dos fatos e esse recrudescimento dentro desse canteiro de obras.

Então, aqui em Santo Antônio, tem uma sequência cronológica dos acontecimentos, mas sempre informações, sempre eventos que foram menos graves, normalmente associados a um pequeno tumulto, com depredação de ônibus, dentro do refeitório, no dia 29 de março, já em 2012. Aí nós tínhamos esse caráter já paredista e também envolvendo briga de sindicatos por não aceitação ou uma suposta não legitimação por parte dos sindicatos para representar a categoria, o que gerou esse conflito em ,que sempre que se tentava uma negociação...

Obviamente a segurança pública não interferiu nesse processo. Nossa função era manter a segurança dentro do canteiro. A discussão e as tratativas relacionadas à questão trabalhista estavam sendo conduzidas junto ao tribunal, dentro do



dissídio, junto ao Tribunal do Trabalho. Sempre que se tentava chegar a um acordo, havia um grupo de dissidentes, normalmente anônimos, que tomava algum tipo de medida coercitiva ou medidas violentas contra aqueles que queriam aderir. Parece que havia sempre uma força que não deixava que o conflito se resolvesse. Nunca estavam satisfeitos com qualquer acordo que era proposto.

Aqui, em Jirau, também no dia 8 de março de 2012, começou o conflito pela empresa ENESA, que é uma terceirizada que trabalha dentro do canteiro de obras de Jirau, e 20 pessoas teriam cometido ato de vandalismo, visando instigar a adesão dos trabalhadores da Camargo Corrêa.

Então, esse movimento começou inicialmente com a ENESA, depois ele foi se alastrando, e houve um convencimento ou até mesmo uma certa coerção por parte de um grupo para que esses que fazem parte da Camargo Corrêa pudessem aderir ao movimento para que ele ganhasse força.

E à noite nos surpreendemos com esse ônibus de transporte de passageiros também incendiado. Graças a Deus, em nenhum desses eventos houve feridos. Sempre foram eventos em que houve somente danos materiais. Até as mortes apontadas, que eu verifiquei num periódico ali, na verdade, não tiveram relação direta com agressão ou com incêndio. Nós tivemos uma morte por ataque cardíaco, um problema cardíaco de um dos trabalhadores da empresa, e outra que é relacionada a esses eventos em Jaci-Paraná, que está sendo apurada e que nada tem a ver com o envolvimento ou ação policial. As informações são levianas.

Meia-noite e trinta do dia 3 de abril, também, vários alojamentos do canteiro de obras de Jirau foram incendiados. Trabalhadores fugiram. A grande massa dos trabalhadores, senhores, tenham certeza, é de pessoas que estão ali para fazer a sua vida, estão ali para trabalhar dentro do canteiro de obras de forma decente e sustentar suas famílias nos seus Estados de origem. E, inclusive, são vítimas desses eventos aqui e saem amedrontadas de dentro do canteiro. E aí são aportadas às cidades mais próximas, a Porto Velho, onde se tem que movimentar toda uma logística de segurança ou por parte da empresa para receber essas pessoas fora do canteiro de obras.

Então, aqui temos um comparativo. Os danos em Jirau sempre foram maiores do que em Santo Antônio; os conflitos são sempre maiores em Jirau. Nós vimos isso



até como uma característica pelo fato de Santo Antônio estar mais próximo da capital, e a evasão ali, a evacuação dos trabalhadores é muito mais fácil de ser feita. E são trabalhadores que já moram ali, já têm vínculos com o Estado de Rondônia, ao passo que Jirau não tem trabalhador com vínculo, ou seja, boa parte dos trabalhadores é alojada, e nós temos massa de manobra para esse tipo de atividade.

Falamos também aqui com relação ao que caracterizou a violência em Jirau em 2012. Sempre um grupo de dissidentes que obrigava a participação dos demais trabalhadores no movimento paredista. Existem registros de que chegavam armados com pedaços de pau e obrigavam a adesão dos demais trabalhadores às manifestações e à não aceitação dos termos dos acordos que eram propostos.

Suposta denúncia de violação aos direitos humanos de trabalhadores nas hidrelétricas.

Aqui o caso do Raimundo Braga, que prestou depoimento agora. Denunciou suposto abuso por funcionários da empresa e de outros pertencentes ao consórcio de Jirau. Preso em flagrante no dia 3 de abril por prática do crime de incêndio — Inquérito Policial nº 044, que é um desses que está aqui sendo apresentado à Comissão. Apreendido o isqueiro, mas houve provas testemunhais, tanto de policiais como de pessoas do meio dos trabalhadores, que entraram como suporte probatório desse fato, desse suposto incêndio. A absolvição se deu por insuficiência de provas, e não por inexistência do fato ou qualquer outra excludente de ilicitude.

Alegações de tortura. Como falei, no inquérito policial consta o laudo de que não há registro de lesão corporal. Mas, para espancar qualquer dúvida, há uma abertura de um procedimento que está sendo apresentado, inclusive está incompleto. Esse inquérito foi instaurado dia 24 de julho, por provocação da Comissão e da Ouvidoria. Então, esse inquérito está em andamento. Está sendo conduzido, até porque a inexistência de lesão corporal não afasta a possibilidade de ter havido tortura.

A questão das condições desumanas da prisão, infelizmente, é uma realidade. A gente não pode dizer que tem os presídios nas melhores condições. Aliás, em quase nenhum Estado do Brasil nós temos isso. O Urso Branco, por exemplo, é um presídio que está sob intervenção da Corte Interamericana de



Direitos Humanos. Então, as condições já foram até piores. Está sendo feita uma série de medidas pelo Governo do Estado para que as condições de salubridade, as condições mínimas de respeito à dignidade da pessoa humana sejam observadas nesses estabelecimentos. Mas o que se quer destacar aqui é que nenhum tratamento diferenciado foi dado às condições dos presos nessa operação ou nesses eventos aqui, como para qualquer outro preso que fica custodiado nesse centro de detenção, nesse presídio.

No Inquérito 047, prisões preventivas de todos os suspeitos. Temos as denúncias. Já narramos a respeito dos inquéritos.

Dos supostos já falamos. Aproveitei a oportunidade para anteciparmos a questão dos supostos desaparecidos. Sinto um certo tom leviano, como esses desaparecimentos se assemelhassem a casos de desaparecimentos por terem sido mortos, por terem sido jogados no rio. Não sei a que tipo de insinuação se quer chegar com isso. A questão é que essas pessoas estão com o mandado de prisão em aberto e obviamente não vão aparecer enquanto perdurar essa situação. Se, porventura, o Judiciário entender que não há mais os fundamentos autorizadores da prisão preventiva deles, e essa prisão vier a ser revogada, tenho certeza de que eles vão aparecer.

Vinte e quatro policiais foram mobilizados para a chamada Operação Vulcano, cumpridas 11 prisões somente dessas aí, e o restante não se conseguiu localizar. Estou falando que esses canteiros são enormes, são dimensões de cidades, tanto é que mesmo com a polícia no interior desses canteiros é impossível se evitarem acontecimentos lá dentro. Os senhores viram que, com a presença da polícia lá dentro, houve os incêndios, houve depredação, inclusive até em maior volume. A ocupação desse canteiro pela polícia de forma a estar onipresente é impossível.

Das pessoas arroladas, os 11 que estão presos, esses que se apresentaram, que foram presos, conseguiram responder o processo em liberdade, porque foi entendido pelo juízo competente que não havia necessidade da manutenção da prisão deles. Já os demais que estão foragidos, obviamente, o fato de estarem foragidos só reforça mais ainda a necessidade de manutenção da prisão cautelar, porque estão incidindo na questão de assegurar a aplicação da lei penal.



Foragidos da Justiça, prisão em aberto. Os 13 foragidos — os nomes. Na verdade, até acrescentamos nomes que não estavam constando na denúncia. Temos mais dois nomes aqui, o terceiro e o nono, que não foram sequer citados pela Ouvidoria, e nós estamos acrescentando também a informação de que estão foragidos. Esses são todos os locais onde trabalhavam antes, onde já foram feitas diligências. Os mandados de prisão já foram difundidos pelos meios da POLINTER para que eles sejam localizados.

Não houve qualquer registro nos Estados de origem dos trabalhadores supostamente desaparecidos ou a Secretaria de Segurança Pública foi comunicada a respeito de desaparecimento dessas pessoas por seus familiares. Não consta nenhum registro, ou pelo menos não chegou ao nosso conhecimento, na Secretaria de Segurança Pública de Rondônia, de que esses supostos desaparecidos estejam realmente desaparecidos, como ocorre normalmente. Se um ente nosso desaparecesse, qualquer um de nós procuraria as autoridades policiais para registrar esse desaparecimento.

Quanto às condições insalubres — é uma questão que estou acrescentando aqui e não há nem muita relação direta com a Secretaria de Segurança —, é importante ressaltar que houve uma inspeção judicial, presidida pela Juíza do Trabalho Dra. Maria Rafaela de Castro. Aqui estão os registros, as fotos da juíza com a equipe do Tribunal Regional, com a Procuradoria do Trabalho, visitando as instalações das usinas hidrelétricas. Sinceramente, desconheço qualquer local que tenha condições de trabalho adequadas. Não estou aqui para defender interesse de empresa, de consórcio. Falei inclusive das mazelas que essas obras trouxeram para o Estado de Rondônia. Mas há que se fazer justiça também com relação às condições de trabalho nessas localidades. Todos os alojamentos têm ar-condicionado Split, cama, alimentação, área de convivência com televisão LCD, com cinema. Questões trabalhistas que porventura haja são questões a serem tratadas pelo meio legítimo que a empresa veja juntamente com a intermediação do Ministério do Trabalho ou com a Justiça do Trabalho. Não nos compete fazer comentários a esse respeito. Estamos fazendo uma constatação das condições que nós presenciamos *in loco*.



E aqui são rápidas imagens para que todos os senhores e as senhoras tenham noção da proporção desses incêndios dentro do canteiro de obras, de como... Filmado no momento. E a impressão que se tem, pela dinâmica do fato e a forma que esse incêndio se apresenta, dá até a impressão que é algo concatenado, algo orquestrado, porque até a dimensão das chamas ali, a evolução do incêndio parece que foi começado ao mesmo tempo, por um determinado grupo. Não é algo ao acaso que começou aqui, com focos aqui e acolá.

Vejam que, por ocasião dos incêndios, a polícia já estava lá. Por isso mesmo algumas prisões foi possível fazer em flagrante, de pessoas que foram flagradas no momento em que incendiavam colchões.

E aí até os próprios trabalhadores auxiliando a polícia, o Corpo de Bombeiros e a equipe que trabalha dentro do canteiro de obras a combater os incêndios.

Presidente, eu gostaria de encerrar, então, as minhas palavras, informando aqui que a Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de Rondônia estão à disposição. Não é perfil e não coadunariamos nunca com ações que pudessem violar os direitos humanos. Estamos à disposição. Inclusive, nós temos um mecanismo constitucional, recentemente acrescentado aí, com relação ao deslocamento de competência. Se, eventualmente, se verificar agravos de violações de direitos humanos e a competência for deslocada para a Justiça Federal, com investigação pela Polícia Federal, ou, independentemente disso, a polícia continuar os seus trabalhos com o auxílio, com a colaboração de outras forças e de outras entidades, fiscalizando o trabalho, estamos inteiramente à disposição.

Todos os trabalhos de investigação, de polícia judiciária, de atuação da polícia foram pautados pelos princípios da administração pública, com manifesto respeito aos direitos humanos, aos direitos fundamentais. Então, não tenho nenhuma dúvida disso. Nós colocamos a Secretaria de Segurança Pública para enviar todos os esforços para que os fatos sejam esclarecidos e que a verdade seja realmente apurada.

Muito obrigado. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Marcelo Bessa, Secretário de Segurança de Rondônia, pelas suas informações e esclarecimentos.



Eu gostaria que fossem recolhidos os documentos. O senhor vai deixar cópias desses documentos aqui, doutor?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Já estão aqui. O.k.

Muito obrigado.

Quero convidar para fazer parte da Mesa, para fazer, em seguida, o seu depoimento, o Prof. Willian Cesar de Andrade, que é membro do Grupo de Trabalho sobre Tráfico de Pessoas da CNBB e que representa aqui nesta audiência o Arcebispo de Porto Velho, D. Esmeraldo Barreto de Farias, e a Irmã Rosita Milesi. Por favor.

Queria registrar a presença do Deputado Domingos Dutra e ratificar a informação de que nós estamos realizando a eleição do 1º Vice-Presidente desta Comissão.

Os Deputados que ainda não exerceram o seu direito de voto, por favor, que o façam.

Vamos passar a palavra agora ao Dr. Luiz Carlos Martins, que é Diretor de Energia da Camargo Corrêa, em seguida, ao Dr. Willian, e a gente faz uma sessão já colhendo a sugestão inicial do Deputado Asdrubal de fazer em bloco.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode. Não há nenhuma...

O senhor poderia fazer as suas considerações, professor?

O SR. WILLIAN CESAR DE ANDRADE - Posso.

Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa e cada um de vocês. Eu tenho acompanhado, junto à CNBB, já há algum tempo, a preocupação em torno de uma temática com duas faces, a temática que envolve o tráfico de pessoas e o trabalho escravo. Quando a CNBB foi convidada, o que pensamos em trazer para este momento foi, primeiro, indicar, eu diria, com muita alegria, que a CNBB, em 2014, estará desenvolvendo uma Campanha da Fraternidade com a temática em torno do tráfico de pessoas e o trabalho escravo. Então, todas as dioceses do Brasil — incluindo aqui todas as paróquias, todos os colégios confessionais, todos os grupos de pastorais que a Igreja mantém — estarão focadas nessa discussão, procurando trazer o máximo de informação, de conscientização sobre esse assunto.



Nós não chegamos a uma Campanha da Fraternidade sem um caminho prévio. O caminho prévio normalmente passa por um reconhecimento da relevância do tema junto aos regionais da CNBB. Determinado grupo de bispos, em uma das regiões em que o Brasil é pensado pela CNBB, precisa referendar a temática como importante. Então, referendam uma temática, por exemplo, os bispos do Norte do Brasil; referendam essa temática os bispos da Região Centro-Oeste; referendam essa temática os bispos da Região Sudeste.

Ao fazerem isso, eles indicam para nós um dado, que é bastante relevante: o tráfico de pessoas vem acontecendo pelo Brasil com rotas internas, bem como com rotas internacionais. Há pesquisas já até consideradas antigas, do início de 2001, 2002, que mostram isso. Mas isso não acontece solto. Isso também tem a ver com o trabalho escravo, com condições degradantes de trabalho.

Ao constatar isso, a CNBB, através da Comissão Pastoral da Terra, através das pastorais sociais, por exemplo, a Pastoral da Mulher Marginalizada, a Pastoral do Migrante, vem percebendo que há um crescimento dessa situação. Então, é preocupante.

Em 2008, a CNBB, junto com a Secretaria Nacional de Justiça, promoveu um seminário sobre o enfrentamento ao tráfico. A CNBB contribuiu ativamente para a aplicação, para o desenvolvimento do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico. E nós fizemos há pouco tempo, no final do ano passado, o II Seminário de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizado junto com um grupo que também refletia sobre o trabalho escravo.

Essas reflexões foram pontuando um caminho, e os bispos cada vez mais perguntando aos especialistas, aos grupos que se aproximavam do GT, como é que a Igreja do Brasil poderia contribuir, não só na denúncia. A denúncia é sempre importante, porque ela tira do silêncio, ela muda a falta de percepção social para o tema. Ela traz para que nós possamos visualizá-lo. Agora, mais do que a denúncia [e o cuidado com as vítimas e, principalmente, evitar o processo em que a pessoa acaba sendo aliciada e levada à condição de vítima do tráfico.

Então, nós contribuímos aqui, enquanto GT, enquanto grupos ligados à Igreja Católica do Brasil, através de várias iniciativas, algumas delas em parceria com o próprio Estado. Então, nós sentimos que o Estado brasileiro tem feito um esforço de



lidar com essa temática. Agora, é um esforço ainda aquém da real necessidade das situações que nós vamos encontrando. Nós temos informes da Comissão de Justiça e Paz, lá no Pará, de situações que envolvem o trabalho escravo, de situações que envolvem o tráfico humano.

A CPT vem, anualmente, publicando um relatório do que ela constata e do que ela recebe de informações sobre isso. Então, isso faz com que nós, enquanto articulação que informa os bispos sobre o que vem acontecendo nessa realidade, tenhamos dado a eles informações suficientes para que eles decidissem por uma Campanha da Fraternidade.

Então, onde é que está o desafio — eu não quero tomar muito tempo — que esta CPI deveria, a nosso ver, enfrentar? Primeiro desafio: fazer com que o II Plano Nacional realmente saia do papel. Nós sabemos das dificuldades. Pelo último informe que eu tive, eram 18 Ministérios envolvidos e tal. Mas nós estamos perdendo tempo.

O primeiro plano terminou, fizemos um processo razoavelmente longo de preparação do segundo, e ele ainda não se efetivou. Então o primeiro desafio é tirar o segundo plano do papel e torná-lo efetivo. Segundo desafio: para a CNBB, a temática do tráfico e do trabalho escravo precisa ser trabalhada, principalmente diante das condições de vulnerabilidade. Se você não reduzir a vulnerabilidade, nada que a gente faça na ponta, ao final, terá resultado eficaz. Nós resgataremos... O pessoal da Polícia resgata alguém, e haverá três ou quatro na fila. Se nós não reduzirmos as condições de vulnerabilidade, nós não teremos resultados duradouros. Então uma política que interfira na redução da vulnerabilidade onde ela está, isso contribuirá muito.

Segundo aspecto interessante para nós: que nós realmente consigamos desenvolver em cada Estado, além dos núcleos que vêm sendo implantados junto a segmentos do Ministério da Justiça, nos vários segmentos de Estado, nós precisamos realmente levar adiante os comitês, levar adiante os grupos que contam com a presença da sociedade civil. É preciso intensificar a implementação desses espaços colegiados. A sociedade civil pode oferecer sua contribuição e, inclusive, quando necessário, fazer críticas para correção de rota. Então precisamos também



fortalecer essa participação, esse processo que envolve segmentos da sociedade civil.

Por fim, o primeiro plano era muito, muito tímido. Imaginem um Estado como São Paulo, com um rol de iniciativas que não chegariam, sei lá, a 50, 100. Nós tivemos lugares no Brasil em que havia, pelo plano, uma ou duas iniciativas. É preciso ter mais. Então o plano precisa ser um pouco mais ousado nas suas iniciativas, precisa contar com a contribuição da sociedade civil.

A igreja do Brasil, através dos bispos, vem debatendo o tema e vem-se colocando disponível a contribuir com as suas forças: as pastorais sociais e os segmentos que nela atuam. Nós esperamos muito que esta CPI complemente o que foi feito no Senado e possa oferecer mais pistas que levem o Estado brasileiro a dar passos qualitativos nessa questão.

Há mais a falar, mas com certeza a agenda aqui é bastante cheia. Interrompo por aqui e agradeço pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Prof. Willian Andrade, pelos seus esclarecimentos.

Nós passamos a palavra agora ao Dr. Luiz Carlos Martins, Diretor de Energia da Camargo Corrêa.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Bom dia a todos. Eu compareço perante esta CPI atendendo ao chamamento enviado à Camargo Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minutinho, doutor, por favor. Há um detalhe regimental que precisa ser observado: a declaração.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Mais uma vez, bom dia a todos. Eu compareço perante esta CPI atendendo ao chamamento enviado à Camargo Corrêa. Eu exerço a função de Diretor de Energia dentro da referida empresa, sendo responsável pela gestão institucional, ou seja, a gestão macro dos investimentos da empresa na área de energia. Compreende grandes empreendimentos, como Tucuruí, Jirau e agora Belo Monte e outras obras espalhadas pelo Brasil e pela área internacional, notadamente América Latina e África. Eu desconheço o motivo da



convocação da empresa Camargo Corrêa para esta CPI, já que a mesma jamais se envolveu em quaisquer fatos relacionados a tráfico de pessoas. Diante dessa constatação, solicitei aos departamentos competentes dentro da empresa a elaboração de uma sucinta apresentação, que nós vamos demonstrar lá na frente, mostrando para todos as condições de trabalho na obra de Jirau. Como se verificará nesta apresentação, a Camargo preocupa-se sobremaneira não apenas com o estrito cumprimento das suas obrigações trabalhistas, como também com o bem-estar dos seus funcionários, tanto que instalou ar-condicionado, *lan house* e cinema, ou seja, fizemos uma cidade, já que estávamos longe de Porto Velho, a 130 quilômetros, para que pudesse receber essa massa de trabalhadores que está construindo a maior obra do PAC hoje deste País. Gostaria de esclarecer que essa é e sempre foi uma preocupação constante da Camargo Corrêa, sendo certo que a diretoria é muito rígida em determinar e cobrar a observância dos direitos das pessoas que laboram para a empresa. E com Jirau não é diferente. Então gostaria, Presidente, de fazer a apresentação. Do mesmo modo que o Secretário, ficarei em pé ali para mostrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Fique à vontade, doutor.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Por favor, Cristóvão.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Usina Hidrelétrica de Jirau tem como concessionária a energia sustentável do Brasil. Ela é formada pela GDF Suez, com 50,1% e líder do consórcio; ELETROSUL, 20%; a CHESF, com 20%, e a Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura, com 9,9%. Ela hoje tem a capacidade instalada de 3.750 mega, e nós iniciamos em agosto de 2008. Esse é o nosso canteiro, alojamento na margem direita; este é o alojamento da margem esquerda. Nós temos hoje disponíveis 10.200 vagas. Os alojamentos masculinos; os alojamentos femininos. Aqui vocês notem o quarto, aqui embaixo, com dois banheiros. Essa é a configuração do nosso escritório. Esse é o processo de cadastro dos alojados. Nós fazemos esse atendimento dentro do *site* do empreendimento. É a sala de atendimento e a sala de espera. Quando o profissional é recrutado e atendido no local apropriado, preenche a ficha de alojamento e é encaminhado para o quarto. Existe um regulamento interno, que todos recebem quando são alojados. Essa estrutura é feita em Porto



Velho. Todos os que vêm contratados, via SINE, dos outros Estados são alojados nesses hotéis — são 51 no total —, sendo que o Hotel Canaã — quem conhece Porto Velho — está todo disponibilizado para a Camargo Corrêa. Essa é a estrutura do centro de triagem. Aqui nós temos a sala de atendimento, a sala de espera, a sala de arquivo e a sala de controle, principalmente de fichas de hospedagens. Aqui são os hotéis em Porto Velho à nossa disposição, um total de 51 hotéis. Essa é a lavanderia da obra, é o estoque de material dos alojados. Eles entregam... Todo o material de roupa, de cama é lavado nessa lavanderia. Existe recolhimento, separação, relatório de roupa do núcleo. São essas as fotos. Esta é a área de lavanderia. Aqui é a área de passagem, onde vai conferir o relatório de cada um do que foi entregue. Depois são empacotados e devolvidos ao quarto. Nessa área separa tudo, bota, ensaca e depois vai para os núcleos. Área de lazer. Essa é a nossa estrutura: são 4 campos de futebol, 7 salas de TV, 5 quadras de futsal, 3 salões de jogos, 2 cinemas, 2 quadras cobertas, centro ecumênico, campo *society*, academia e *lan house*. Aqui são as práticas laborais e recreativas, nossa área de vivência. Essa é uma parte do alojamento em que nós temos área de lazer, com pingue-pongue, sinuca, enfim, toda a infraestrutura para atender a quem está alojado. A academia, com três profissionais, três professores de educação física. Aqui, a Camargo Corrêa segue rigorosamente o que determina a lei com relação a profissionais com deficiência. Também tem a parte deles lá na academia. Esses são os eventos que acontecem. São vários eventos, trouxe alguns principais para que vocês possam ter a noção do que é Jirau. Aí continua também, esse centro é totalmente voltado para essa área. Nutrição. A nutrição é uma situação interessante. Alguns dos senhores já tiveram a oportunidade de visitar Jirau e almoçaram conosco lá no nosso refeitório. Agora no início de agosto atingimos a marca de 30 milhões de refeições servidas em Jirau. Aqui é o controle de qualidade, como é feito. Nós nunca tivemos problema nenhum de comida, de material com comida estragada, deteriorada, com 30 milhões de refeições servidas. O cardápio inclui todo dia carne branca, carne vermelha, peixe, tudo quanto é tipo de verdura. Não é restrito. Os nossos profissionais comem o que podem comer. A única regra que existe dentro lá com a gente chama-se desperdício zero. Ele pode comer o que quiser, desde que ele não jogue comida fora, e eles mesmos fazem a fiscalização deles. Essa é a



estrutura do refeitório. Aqui são as rampas de acesso à comida. Não existe diferenciação, nós almoçamos e jantamos junto com eles, todos nós almoçamos e jantamos. Algumas autoridades já foram lá, inclusive o Governador já deu o prazer de almoçar com a gente, o ex-Ministro Calos Lupi, o próprio Secretário Bessa, enfim, não existe diferenciação, esse é o nosso refeitório. Aqui vou... *(Falha na gravação. Pausa.)* Voltou. A visita que o Presidente Lula fez à obra.

(Exibição de vídeo.)

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Bom, isso aqui eu ia mostrar, o Secretário já falou. Eu só quero mostrar um vídeo de agora do dia 4 de abril de 2012, na Rede Globo de Televisão.

(Exibição de vídeo.)

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Agora vamos entrar na área de recursos humanos, como é que é feita a seleção dos profissionais. Os profissionais que trabalham e são selecionados sempre através do SINE, e agora, no dia 1º de março, a Camargo Corrêa foi a primeira empresa a assinar o acordo nacional para aperfeiçoamento das condições de trabalho na indústria da construção. É o famoso acordo tripartite. Durante o período de deslocamento até a obra, a realização da seleção ou quando for o caso, todas as despesas são pagas pela Camargo Corrêa, inclusive com alojamento, alimentação, atendimento médico. Ela assume totalmente os gastos, desde o ponto de origem até chegar em Porto Velho. Depois, quando o funcionário sai de lá, a gente devolve de avião — isso está no nosso acordo trabalhista, a cada 90 dias tem a baixada —, e eles vão de avião para São Luís, para Belém, e voltam no mesmo tipo de transporte. Isso é importante porque é a primeira vez que acontece isso no Brasil. Existe aí uma grande questão de salário. Em Jirau hoje é o maior salário — quando falo em Jirau, falo em Santo Antônio também, que é o Complexo Madeira. É o maior salário praticado em construção pesada no Brasil. Belo Monte, as refinarias não têm o mesmo nível nem o mesmo patamar do salário de Jirau.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - É, está escrito: desconsiderando o eixo Rio-São Paulo. Esses são os benefícios, as horas extras: 70% de segunda a sexta, 80% no sábado e 100% no domingo e feriado. Cesta básica, 270 reais. Têm PPR,



têm participação no resultado, quando chega a 2,3 salários base por profissional. Como falei, a visita à família por todos os profissionais é de cinco dias úteis. Eles pegam inclusive final de semana, e na realidade viram sete dias, a cada 90 dias, com transporte aéreo. Assistência médica para todos os profissionais e atendimento odontológico, em uma parceria com o SESI. Aqui é o que nós fazemos em treinamento e desenvolvimento. É sabido por todos que no Brasil hoje tem uma falta de profissionais habilitados para trabalhar, então nós temos que formar. Como o Secretário Bessa falou, Jirau tem uma característica diferente de Santo Antônio. Santo Antônio chegou um ano na nossa frente e conseguiu absorver quase a totalidade ou 80% do seu efetivo com a população de Porto Velho e arredores e 20% de fora. Lá em Jirau é diferente, eu tenho 20% de Rondônia e 80% de... Quando eles vêm, chegam sem a capacitação devida ou necessária, então nós implementamos. Mas 11 mil pessoas foram matriculadas, a um custo, um investimento total de 8 milhões, e formamos 7.836 pessoas. Essas pessoas não têm a obrigatoriedade, não existe um vínculo de serem habilitadas ou formadas como carpinteiro, armador, e trabalhar na Camargo. Hoje poucos... Quantos tem lá, Cristóvão? Trinta por cento são da Camargo, o resto saiu e está pelo Brasil. Então nós estamos habilitando, estamos capacitando profissionais — que não é uma função nossa, na realidade, eles já deviam estar habilitados, mas, devido à grandiosidade dessas obras... O mesmo se aplica hoje em Belo Monte, temos um centro de treinamento em Belo Monte, em que estamos habilitando e capacitando profissionais para desempenharem o trabalho em Belo Monte. Aqui mais uma unidade móvel nossa. Eu não procurei me estender e botei só as fotos do que nós fazemos lá nessa área de treinamento. Aqui é a turma de um caminhão basculante que também foi treinada, existe lá um centro para treiná-los. Aqui foi para pedreiro, aqui é um curso a distância, área de informática, iniciação profissional básica também na informática, tem muita adesão nessa área. Aqui é o polo da FEDER lá em Porto Velho. Nós temos mais de 150 PCD que estamos capacitando e estão sendo enviados para o mercado de trabalho. Aqui é a área de armação e vibradores de concreto, solda e carpintaria; a área de pedreiro de acabamento, que hoje é um profissional que não tem mais no mercado, rompedor de concreto. Aqui é uma programação de capacitação de encarregados supervisores. Houve uma mudança



muito grande dos líderes dessas equipes, cada encarregado tem sob seu comando 20 profissionais. Trabalhamos em cima para formar liderança com humanização, para que melhore a relação entre eles e os seus subordinados. Nós formamos mais de 700 profissionais, desde a alfabetização até o ensino médico, com certificado reconhecido pelo MEC. Aqui são os prêmios SESI de qualidade. Aqui é um outro grande trabalho que nós fazemos com o aprendiz industrial, de 14 a 24 anos, sempre em parceria com o SESI. Aqui também essa geração de aprendiz, tem ali a assinatura do contrato; aqui é o refeitório em que eles participam lá com a gente também; são as aulas práticas e teóricas. Treinamento em segurança do trabalho e transporte coletivo. A Camargo dá uma ênfase muito grande à área de segurança do trabalho. Aqui é outra iniciativa, que é a emissão de títulos de eleitor. Aqui nós temos a palestra constante sobre exploração sexual infantil, campanhas de vacinação. A Camargo também tem um programa forte em cima dessa área de exploração sexual. Aqui é o treinamento na área de segurança, NR10. Formação de sinaleiros de guindaste, também não existe no mercado, tem que ser capacitado. Treinamento com cimbramento. Aqui é o treinamento em RH, o programa de inclusão social. A mesma coisa aqui. Nós capacitamos 251 pessoas com deficiência nos mais variados setores da obra, atendendo ao que determina hoje a legislação. Aqui são as visitas que são feitas. Há um interesse muito grande da comunidade rondoniense em conhecer o que está sendo feito lá dentro de Jirau. São todas as escolas, nós fazemos programação de todos os Municípios ao redor de Porto Velho para conhecerem Jirau. Eles vão lá, eles almoçam, tomam café com a gente, conhecem o que está sendo feito na área ambiental, na área social. Uma outra campanha importantíssima que nós fazemos dentro da obra, também, o câncer de mama. O Dia do Bem Fazer. Esse Dia do Bem Fazer é uma data muito especial para nós, da Camargo Corrêa, que as nossas acionistas — vai ter agora, dia 26 de agosto —, as nossas acionistas, elas bolaram e querem de qualquer maneira que a gente faça a interação com o entorno da obra, com a sociedade, então nós fazemos. O primeiro, o de 2010, foi na FEDER, depois foi a reforma do prédio da creche Mãe Trabalhadora, e agora nós estamos pegando a escola Cora Coralina, lá em Jacy Paraná, vamos reformar e urbanizar essa escola. A continuação do programa Escola Ideal. Tem um jornal, o *Indígena*, que é distribuído na região. Isso aqui é a menina



dos meus olhos aqui, que é a doação de bibliotecas móveis para as crianças. Aqui a continuação dos programas sociais. Aqui é uma outra situação. Aqui é um programa sério de geração de emprego e renda, de combate à fome, que é preconizado pela FAO. Nós montamos... Montamos, não, pegamos várias cooperativas em Abunã, Jacy Paraná, Mutum Paraná e União Bandeirantes e fizemos — nós temos uma biofábrica — a melhoria de quatro produtos: abacaxi, açaí, banana e a pupunha. O abacaxi, hoje, que é produzido lá em União Bandeirantes, já está sendo vendido dentro de Porto Velho, nos supermercados e lojas de Porto Velho. É um abacaxi de excelente qualidade. Esse é o laboratório da biofábrica, em que nós utilizamos bancos de germoplasma, com que a gente consegue micropropagar, de uma muda de abacaxi, 1 milhão de mudas. Esse é um trabalho importantíssimo, também, que é feito lá. Esse foi um prêmio socioambiental que o Instituto Chico Mendes, instituto de renome e de força, concedeu à Camargo Corrêa, pela iniciativa da Camargo lá em Jirau, na parte socioambiental. Mais programas. Aqui está a plantação de abacaxi, a plantação de banana. Aqui é outra situação nossa, com relação à infância, outro programa forte nosso com relação até à prostituição infantil. Todos os dias é realizada a integração, dentro do canteiro da obra, com os profissionais da Camargo, bem como de empresas terceirizadas. O que é que nós fazemos? Os assuntos abordados: grandes obras pela infância, a exploração sexual e a defesa de proteção dos direitos da criança e do adolescente. Aqui é uma outra situação que a gente, nós estamos... Ele recebe, junto com o holerite dele, "o bolso cheio, a consciência leve", que é contra a exploração sexual infantil. Bom, gente, essa é a Camargo Corrêa. É isso o que nós fazemos nos nossos canteiros. Então deixo aqui a apresentação, entregue ao Sr. Presidente, e a Camargo é isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Luiz Carlos, pelas suas considerações.

Eu queria convidar o último de nossos convidados, que chegou agora há pouco, Dr. Ermógenes, que é advogado, para fazer as suas considerações, e a gente então facultar imediatamente a palavra aos nossos Deputados e Deputadas, que já estão inscritos aqui, inclusive. *(Pausa.)*

Dr. Ermógenes, o senhor pode se sentar, e o senhor tem a palavra facultada para fazer as suas considerações.



O SR. ERMÓGENES JACINTO DE SOUZA - Exmo. Sr. Presidente desta CPI, Exmo. Sr. Senador Moreira Mendes, excelentíssimas autoridades aqui presentes, excelentíssimos todos os que fazem parte desta CPI, cheguei atrasado por causa do voo.

E o que eu tenho a relatar é que, no dia 13 de maio do corrente ano, a Liga Operária de Belo Horizonte me ligou, pedindo a mim que verificasse no presídio Pandinha, em Porto Velho, que havia lá operários das empresas que fazem, constroem a usina hidrelétrica, lá em Porto Velho, e se eu tinha conhecimento, e o que eu podia ver naquela situação.

Nesse dia, eu fui até o presídio Pandinha, com a relação de nomes que a Liga Operária me passou, que ela obteve isso via Internet, via mídia, e fui constatar nesse presídio se estavam esses homens presos lá. Verifiquei, com os nomes, cotejando a relação que a Liga Operária me passou e com o que eu vi lá no presídio, 11 operários que estavam lá detidos.

De posse desses nomes, confrontei, então, com o processo e verifiquei que faltavam 13 operários. Perguntei ao responsável por aquele presídio, que nos documentos do Ministério Público do Estado de Rondônia constava que estavam todos presos no Pandinha. E o chefe lá do presídio me disse "*Olha, aqui esses não estão. O senhor procura aí, vai no Presídio Vale do Guaporé, vai no Presídio da Casa de Detenção Mário Alves, que é o Urso Branco, o senhor peregrina por aí, que esses homens devem estar espalhados por aí*". Eu saí a pé, procurando (*falha na gravação*), saí procurando, e não encontrei essas pessoas até hoje. E fiz isso porque a Liga Operária me pediu.

Os que verifiquei que estavam lá, entrei com *habeas corpus*, e foram aos poucos sendo liberados pelo desembargador lá do Tribunal de Rondônia. Primeiro liberou dois, depois mais três, e tal, e ficaram por último dois, o Carlos Moisés Maia da Silva e o Jhonata Lima Carvalho. O Jhonata era da ENESA, da empresa ENESA, e é paraense; o Carlos Moisés é um rapaz de 20, 21 anos, maranhense, trabalhador da Camargo Corrêa. Como último recurso eu fiz, então, depois que fiz dois pedidos de *habeas corpus*, e eles não foram... A alegação, a afirmação do Desembargador é que não estava correta, muito segura, a questão da residência deles, do endereço



fixo, e tal, e eu, com um pedido de liberdade provisória sem fiança, eu consegui junto ao juiz da causa a liberdade deles, recentemente.

Esses homens estavam lá, como todos os presos que ficam nos presídios no Brasil, totalmente desassistidos, dormindo no chão, sofridos, sem os materiais básicos de higiene, e toda a sorte de abusos contra a pessoa humana que se pode ter eles estavam tendo lá. Não sei se o Raimundo já fez o depoimento dele, mas o caso do Raimundo foi uma situação, porque, quando eu visitei esses homens, que é uma relação de 24 que tem aqui, que está na contracapa do processo, e localizei os 11 que estavam lá, alguém comentou: *“Tem mais gente aí, tem o Neguinho, tem o Piauí, e tal, que estão aí também”*. Eu falei: *“Mas quem é Piauí? “Quem é, o nome, e tal?”* Aí demorou umas três visitas minhas para que eles pudessem constatar com ele o real nome dele, e eu verificar junto à portaria que esse homem estava lá também, mas não constava dessa relação, porque o processo penal era um outro processo, e ele estava lá.

Então, esse processo eu acompanhei, e o Raimundo, conforme ele já deve ter dito aqui, hoje, foi agredido pelos policiais lá da Força Nacional, uma sessão de tortura de 3 horas em que agrediram ele. E por sorte apareceu uma anjo, não sei se da Camargo Corrêa, de quem que foi que apareceu, que ela disse *“Olha, dentro do canteiro de obras vocês não devem ficar batendo numa pessoa assim, 3 horas”*, e liberaram, e ele está com vida para contar a história para nós aqui, hoje. É óbvio que o processo era inconsistente, que não tem prova “bulhufas” nenhuma, e por isso eu consegui liberá-lo na primeira audiência de instrução lá. O próprio policial da Força Nacional também se embananou todo, não provou nada, e aqui o Raimundo está com vida, aqui, para contar a história para nós.

Desses 11 que foram liberados aos poucos, saíram tão desesperados dessas prisões lá, e já voaram para a terra deles, ou de ônibus, ou de qualquer maneira, foram embora, que não querem saber de Rondônia e não querem saber dos maus tratos que eles receberam lá.

Os dois últimos que saíram agora, que são o Carlos Moisés e o Jhonata Lima Carvalho, eu não pude visitá-los depois, regularmente, por falta também de dinheiro, por falta dessas coisas todas. Com o pedido de liberdade provisória que fiz, eles saíram recentemente agora. Um veio a pé lá do presídio Pandinha até o centro da



cidade. Eu não pude acompanhá-lo porque — desculpe a minha talvez ignorância aí nessa questão do processo penal, mas o pedido de liberdade provisória corre lá em Rondônia, não sei, em segredo de Justiça. Você não tem acesso, no *site* do Tribunal, ao andamento do processo. Eu precisei ir a Burity, precisei andar pelo interior, e todo dia eu perguntava “*Cadê?*” “*Está concluso, está concluso*”. E no dia em que viajei, eles deram um alvará para soltar ele. Quando cheguei no outro dia, “*Não, já foi liberado*”. Corri lá para verificar, não tinha, os homens já tinham saído de lá. Saíram de lá, vieram a pé até Porto Velho, procuraram o (*ininteligível*), procuraram não sei mais quem, CUT, “*Ah, fomos que nós que liberamos vocês*”, fizeram uma média toda com eles, e tal, e fizeram isso.

Então, essa situação que se apresenta, que está tudo colorido e tudo às mil maravilhas naquela região de Rondônia, lá, eu não vi isso. E quero comentar com os senhores que não fui atrás de prova nenhuma, não fui dentro de canteiro nenhum e não saí pesquisando prova nenhuma. Eu estou relatando aqui o que eu vi, apenas.

Eu acho que operário que sai das terras deles, lá do Nordeste, dessas pessoas simples, ou o “gato” que vai lá dizer “*Olha, vai lá para Rondônia*”, e traz, paga passagem, ou de maneira diferente, não deve ser tratado daquela maneira. Porque o único advogado que fez a defesa deles lá e que foi atrás de conseguir a liberdade deles fui eu, porque a Liga Operária pediu que eu fizesse assim. Os outros que estão todos lá, tudo mentira e tudo balela. Disseram: “*Tem dinheiro, a gente defende*”. Não tem, estaria apodrecendo até agora lá. Carlos Moisés, Jhonata Lima Carvalho e os outros que estão desaparecidos. A Justiça diz que é foragido. Mas será que é foragido mesmo?

A Dra. Inara, que acompanhou esses homens lá na Polícia, em Mutum, etc., disse, dentro da minha casa, “*Tem uns três, aí, que a família está procurando. Só que a família não foi atrás de direitos humanos, não foi à mídia*”. Eu falei “*Quem são os três?*” Ela não falou para mim.

Então eu acho que é melhor cotejar esses nomes que estão aqui, a Camargo Corrêa tem lá os fichários deles nos arquivos dela lá, e informar, e ligar lá no Maranhão, no Piauí, e perguntar “*O fulano apareceu aí?*” Porque tem gente sumida nessa história aqui, e a gente precisa descobrir.



O Brasil não é a África do Sul, que recentemente, lá, fizeram uma manifestação no noroeste da África do Sul, lá, e foi metralhado o pessoal. Desculpe comentar dessa maneira, e de certa maneira, assim, um tanto exaltado, porque, como um homem de 54 anos, que tem 30 e tantos de Amazônia, Senador, eu reflito isso na minha alma, porque já fui servidor público federal ligado à Presidência da República, na época do GETAT, quando o Presidente Figueiredo construiu, fez o GETAT, Grupo Executivo, e a gente vai se tornando um homem assim. Vai vendo como é a Amazônia, como acontecem as coisas lá. É muito bonito você pregar a selva verde, a Amazônia toda, o meio ambiente todo. Mas quando você vai ver, debaixo da coisas, ali, elas acontecem diferente.

A gente sabe que é uma obra vultosa, que vultosas somas de dinheiro são envolvidas nisso, mas tem a vida do Raimundo, a do Carlos Moisés, que saiu a pé lá de dentro, lá, do "coiso", depois veio para cá. É óbvio que eles chegam ali, arrumam um jeito de conseguir um cartão telefônico emprestado, e a família manda passagem urgente, some de Rondônia e não quer mais saber de Rondônia. Por quê? Exatamente porque foram afrontados na sua dignidade. Com todo o respeito a essas empresas, com todos os potenciais e com todo o dinheiro que elas têm, a dignidade da pessoa humana é mais importante. Um trabalhador desse, sem qualificação profissional no Nordeste, é colhido, é laçado e trazido com promessas. *"Você vai para lá, vai ganhar muito dinheiro e vai voltar e comprar para a sua mãe uma geladeira, etc."* Essa é a história que se conta. Depois chega lá, faz o cara de gato e sapato, bate. Não mata o Raimundo porque parece... *"Olha, não faz isso dentro do canteiro aqui."* E os outros que estão aqui, onde é que está esse pessoal?

Aqui há documentos. Fiz reiterados requerimentos ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao Ministério Público e tal. Não tive resposta de ninguém e sei por que não tive resposta. Não sou idiota. Com 54 anos, eu não vou ficar insistindo em Rondônia atrás de provas, sozinho, andando por ali para eu ser também logo objeto de tal. Então, as ONGs que estão aí, as pessoas que têm todas essas responsabilidades todas, se quiserem investir nisso... É óbvio que faltam nomes. Para a Justiça, é muito fácil considerar como foragido. Claro, coloca lá: está foragido. E aí, cadê esse pessoal? Está foragido? Cadê o fichário dessas empresas para constatar lá, ligar lá para o pessoal da terra deles para saber se eles chegaram



lá mesmo? Desculpem essa manifestação minha dessa maneira. Eu não tenho mais informações a dar. É só essa mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Ermógenes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, pela ordem. Eu não faço parte da Comissão. Queria pedir a V.Exa. que pudesse mandar todo esse documento para a Comissão de Direitos Humanos, que eu presido. E queria também, inclusive, sobre os maranhenses, porque sou maranhense e me sinto envergonhado com essa situação. Então, queria que V.Exa. me mandasse. Nós produzimos um relatório sobre a visita que fizemos. Vou encaminhar para a CPI e dizer que o que eu vi não confere com o colorido das exposições aqui praticadas, não só lá de Jirau, mas do Maranhão, do CESTE, de que a Camargo Corrêa também faz parte, não é essa maravilha colorida.

Mas, como talvez não vou poder ficar entre os inscritos, por problema de saúde, peço que mande para a Comissão de Direitos Humanos tudo isso. Interessa-me como maranhense, interessa-me como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Vou aguardar. Se for possível, faço a minha intervenção. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado. V.Exa. terá todos os documentos requisitados. Peço a V.Exa. apenas que solicite e formalize isso. Acho que a Comissão já recolheu. Já pedi na semana passada, na audiência que fizemos em Rondônia, em Porto Velho, durante a nossa visita a Jirau, Santo Antônio, e a audiência pública na Arquidiocese que fizemos com os trabalhadores.

Então vamos facultar agora, finalmente, a palavra aos Srs. Deputados inscritos. Eu passo a palavra ao Deputado...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, pela ordem. Como o Deputado Domingos Dutra tem problema de saúde, eu sou o segundo inscrito, então passaria para que ele pudesse falar, e eu ficaria depois.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Eu sou o primeiro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu sei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E eu sou o segundo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor vai permutar? A sua vaga o senhor cede ao Deputado Domingos Dutra. É um direito seu. A não ser que o Deputado Asdrubal tenha alguma...

Deputado Asdrubal, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Eu não posso objetar a um direito que é dele.

Já que o nosso companheiro está adoentado, e vai defender...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O Deputado Domingos Dutra disse que aguarda a prioridade de V.Exa. e logo em seguida fala na vaga do Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Então vamos lá. Sr. Presidente, senhores convidados, companheiros Deputados, o processo de desenvolvimento de Rondônia em muito se assemelha ao do meu Estado, o Pará. Primeiro, o extrativismo, o caucho, a borracha, a castanha; depois a fase do minério, e, com isso, os grandes fluxos migratórios decorrentes do ouro, principalmente; da cassiterita, no caso em Rondônia; e também da construção das rodovias federais que atraíram grandes fluxos migratórios para as nossas regiões.

E aos nossos Estados, Rondônia e Pará, sobrou o ônus do problema social, de políticas dos Governos Federais, não só do atual, de todos os que se passaram, que apenas procuraram ocupar o vazio demográfico da Amazônia, sem dar condições aos Estados de arcar com as responsabilidades sociais. E o que se viu é exatamente aquilo com o que estamos nos deparando aqui, fluxos migratórios desenfreados, que vão lá à procura de melhorar as condições de vida. Muitas vezes pensam em chegar pelo menos ao purgatório, e continuam no inferno, pior do que saíram.

Mas eu vi e assisti aqui duas exposições diametralmente opostas. De um lado, o Raimundo denunciando condições de trabalho insalubres, descumprimento de legislação e tantas outras mazelas, e, de outro, a Camargo Corrêa nos mostrando um colorido, as condições que ela oferece aos trabalhadores naquela região.

V.Exas. estiveram em comissão lá e devem ter apurado *in loco* a realidade. Não vou julgar, porque não estive presente. Mas eu creio que há necessidade de



alguns esclarecimentos. Eu vou começar iniciando as minhas perguntas ao Raimundo.

Raimundo, como é que você foi parar em Rondônia? Você foi de livre e espontânea vontade, ou você foi aliciado?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Foi por minha legítima vontade mesmo. Só que eu fui na casa de um fulano de tal chamado Antônio Milagre.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Mas quem foi que lhe cobrou 500 reais, que você falou?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Foi o Antônio Milagre.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Ele foi lhe oferecer condições de trabalho e tudo o mais?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - É. Ele chegou lá e disse que, nós chegássemos lá, só entregávamos as carteiras, e ele levava para o escritório. Aí nós já íamos entrar para dentro do canteiro de obras fichados. Íamos fazer os exames e já íamos entrar.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - E você passou quanto tempo enganado?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Não, aí eu não fui com ele, porque eu não arrumei o dinheiro para dar para ele. É muito difícil. Eu sempre trabalhei só na diária, aí não tinha como eu arrumar esses 500 reais.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Tudo bem. Você foi, chegou lá e como é que se empregou na Camargo Corrêa?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Cheguei lá e corri atrás eu mesmo. Fui lá no SINE, que o escritório dele estava localizado lá. Hoje, está no Canaã. Agora está lá no SINE... Estava no SINE e hoje está no Canaã. Só que de primeiro, no tempo em que eu fiquei, era lá no SINE. Aí eu peguei, botei lá e entrou minha carta para lá. Com uns 15 dias foi que a minha carta veio. Eu sou do Piauí.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O SINE do Piauí?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Não, o SINE de Porto Velho.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - De Rondônia.

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - É.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Muito bem. Enquanto você esteve empregado na Camargo Corrêa, a empresa cumpriu com todas as obrigações contratuais com você?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Não, ela sempre acertou comigo certinho. Nunca... Nunca teve nenhum problema, não, comigo. Nunca teve falta de acerto, não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - E pergunto: a sua demissão se deu por justa causa, sob a hipótese de você ter participado daquele incêndio nos alojamentos?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Hã, hã! É.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Qual a sua efetiva participação nesse episódio?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Estavam me condenando. Como eles estavam me condenando, era como eu que tinha tocado fogo, tinha participado do incêndio e tudo. Então eles pegaram os papéis da justa causa e levaram lá dentro da delegacia para eu assinar a justa causa.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Muito bem. Você confirma que foi espancado e torturado por policiais da Secretaria de Segurança ou da Polícia Militar de Rondônia?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Foi, da Força Nacional e da COE.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Força Nacional e da COE. Tudo bem.

Agora, gostaria de indagar o Secretário de Segurança. Quais os motivos que determinaram a prisão do Sr. Raimundo?

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - No caso da prisão do Raimundo, Deputado, pelo menos o que consta nos autos aqui, e que estão sendo acostados aqui para serem juntados à investigação da CPI, foi supostamente uma prisão em flagrante, pelo fato de estar envolvido nos incêndios. E, na posse dele, foi apreendido um isqueiro, e havia provas testemunhais não só de policiais, como de profissionais também que trabalhavam no canteiro de obras. Então isso aí está sendo acostado aqui nas provas documentais.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - O Raimundo denunciou que houve cometimento de violências contra ele por parte da Força Nacional e da Polícia Militar. No âmbito da competência de V.Exa., estão sendo apuradas essas denúncias?

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Sim, nós temos aqui o procedimento que está sendo entregue. Foi instaurado agora, no dia 24 de julho, quando foram suscitados esses supostos abusos, essas torturas. Então, o inquérito está aqui sendo entregue, no dia 24 de julho e está sendo encaminhada essa denúncia. Por via das dúvidas, vamos apurar todos esses fatos.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Muito bem. Há também uma denúncia de 13 desaparecidos. Aliás, essa confirmada por todos que falaram.

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Esse inquérito policial visa apurar também esses fatos, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - A indagação que eu queria saber é a seguinte: esses 13 desaparecidos coincidem com os 13 foragidos da Justiça?

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Sim. Na verdade, a denúncia que nos chegou da ouvidoria dava conta de supostos 11 desaparecidos. Nós acrescentamos mais dois, ainda que não eram do conhecimento da ouvidoria, mas acrescentamos por estarem realmente foragidos. E todos os procedimentos para a localização deles estão sendo envidados no bojo dessa investigação, para verificar se realmente estão desaparecidos ou se estão foragidos, porque há o interesse da Polícia em localizá-los.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Muito bem. Esse processo, esse inquérito está tramitando em segredo de justiça?

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Inquérito, em tese, é acobertado por sigilo que seja necessário para a elucidação do fato. Mas, obviamente, esse sigilo não vai se estender ao advogado que tenha que fazer vista desses autos.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Está havendo o acompanhamento dos representantes dos trabalhadores, da Comissão de Direitos Humanos?

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Nós precisamos somente que esse acompanhamento se faça por um advogado devidamente habilitado, porque



em princípio o sigilo do inquérito não se estende ao Ministério Público, ao Judiciário, ao advogado. Mas se for o representante do Sindicato, por exemplo, que não esteja munido desses poderes com o advogado, não podemos dar acesso aos autos pelo sigilo que querem.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Mas é preciso que se observe o princípio do contraditório e da ampla defesa, não é?

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Estamos numa fase inquisitorial, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - E do devido processo legal, sob pena de nulidade de todos esses atos.

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - É porque estamos numa fase inquisitorial, estamos no inquérito policial, mas de qualquer modo o acesso está amplo. O advogado, desde já, pode ter acesso aos autos.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Prof. Willian, V.Sa. disse que há indicação de tráfico de pessoas humanas e trabalho escravo no Pará. Já que nos interessa — o Presidente e o Deputado Asdrubal Bentes são do Pará —, e temos interesse na apuração desses fatos, até por que a imagem negativa que passam do nosso Estado não condiz em absoluto com aquilo que é o Estado do Pará, a sua gente, as suas tradições, a sua cultura, e nós precisamos de passar uma imagem positiva. E gostaríamos de saber quais são essas indicações, por favor.

Prof. Willian, quais essas indicações, por favor?

O SR. WILLIAN CESAR DE ANDRADE - Olha, remeto à Comissão de Justiça e Paz da representação da CNBB, lá em Belém, à irmã Henriqueta. Através da irmã Henriqueta o senhor terá acesso a toda informação que ela tem e a todos os procedimentos feitos a partir da Comissão Justiça e Paz. Esses dados estarão lá.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Dr. Ermógenes, nós tivemos a oportunidade de trabalhar no GETAT, não é?

O SR. ERMÓGENES JACINTO DE SOUZA - Pois é. Asdrubal Bentes, não é? Lembro-me.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - O Presidente era V.Sa.

O SR. ERMÓGENES JACINTO DE SOUZA - Exato.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - E eu gostaria de saber em que fase estão esses inquéritos, e se V.Sa. tem tido dificuldades em acompanhar esses inquéritos lá.

O SR. ERMÓGENES JACINTO DE SOUZA - Dr. Asdrubal Bentes, no início eu tive, sim, logo quando a liga operária me pediu que viesse, logo nos primeiros 10, 15 dias. Mas como eu já tenho as canas brancas e já passei por aquela experiência do Pará, do GETAT, eu sabia que aquilo ali tudo era normal. Por isso, eu busquei logo o *habeas corpus* e tal e não me preocupei muito com cópia de processo, porque eu sabia que eles iam segurar e iam esconder para dificultar o meu trabalho. Lá já há uma ação penal. Não é mais inquérito, porque já tem a denúncia do Ministério Público recebida e o processo caminha. É uma ação penal, não é um inquérito mais. Eu acompanho a defesa dos meus clientes, e o processo, a meu ver, caminha a passo lento, porque talvez seja conveniente ao sistema que eles fiquem nessa corda bamba. São 13 sumidos, foragidos. A polícia e a Justiça vão atrás deles, esses que estão libertados, que foram libertos pelo HC têm alguma situação recente, 3 dias, 2 dias, a mãe de um que está em São Luís do Maranhão, que é a mãe do Nailson Serrão Souza, me ligou informando: *“Olha, a polícia está procurando o Nailson aí em Porto Velho”*. Eu falei: *“Não tem procedência. O que a polícia quer com o Nailson?”* Porque de todos os meus clientes eu fiz o requerimento ao juiz da causa, dizendo: *“Olha, ele quer autorização para ir para a terra natal e requer também a transferência do cumprimento das medidas cautelares lá para o juízo deprecado, lá para São Luís, ou Viana, esses Municípios de lá do Maranhão. E é bom que, como o senhor é maranhense, os conterrâneos seus... Esse Jhonata Lima Carvalho, a mãe dele trabalha em Cametá, parece que é uma funcionária pública, coitada, sofreu muito me ligando várias vezes, e ele é um dos últimos que foi solto. Desapareceu, eu não sei... Você ligou, Gérson? Ele está lá?”*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ERMÓGENES JACINTO DE SOUZA - Está em Belém, né? Então, esse moço me reclamou muitas vezes dessa questão de alimentação, disse que levou o pessoal do Ministério do Trabalho para filmar o ambiente, as cozinhas, os banheiros. Ele me disse isso. Nas vezes que eu o visitava, ele insistia: *“Vai atrás da doutora lá do Ministério do Trabalho, pede os vídeos, as fotos que nós tiramos”*.



Sumiram, desapareceram, escafederam-se essas fotos, nunca me entregaram nada. O Jhonata Lima é seu conterrâneo, é lá do Pará.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - De qual restaurante?

O SR. ERMÓGENES JACINTO DE SOUZA - Dos refeitórios lá da empresa mesmo, da Camargo Corrêa. Essa é a informação outra que está sendo passada. Então, é o outro lado da história, né? Não sei se respondi, Dr. Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Agradeço a interferência de V.Sa. e quero me dirigir agora ao Dr. Luiz Carlos Martins.

Dr. Martins, eu tive a oportunidade, quando Presidente do GETAT, de ter os serviços da Camargo Corrêa prestados em projetos de assentamento naquela região, naquela altura nos Centros de Desenvolvimento Regionalizados e também em Tucuruí. E sinceramente me causa estranheza. Será que essa empresa regrediu, porque, naquela altura, eu posso atestar que cumpria rigorosamente as obrigações trabalhistas, dava boas condições de trabalho. Então, realmente, Presidente, precisa se apurar, porque é uma contradição notória entre o que é apresentado pela empresa e o que é apresentado pelos trabalhadores. E isso precisa ser apurado para que a verdade venha à tona e não se cometam injustiças em nome do Direito.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Deputado, de Tucuruí para cá, nós evoluímos muito. Jirau hoje é uma obra exemplar. Foram mostradas aqui as fotos, confirmo que é o refeitório. Não tem uma reclamação de refeitório, servimos 30 milhões de refeições, desde o início de agosto de 2008 para cá. Não tivemos um problema de saúde dentro do refeitório, diarreia, não tivemos nada. Então, causa-me estranheza essa afirmação de que o refeitório está péssima qualidade de higiene. Mostrei ali para os senhores o nosso controle de qualidade. Nós fazemos todo dia, no almoço e no jantar, parte da refeição é recolhida e armazenada, para, no caso de algum tipo de problema médico, esta comida depois vai ser analisada. Causa-me estranheza essa afirmação. Em Jirau, com certeza, não existe isso. Alguns Deputados da Comissão que já visitaram e outros Senadores almoçaram e jantaram com a gente lá em Porto Velho, lá em Jirau, e não tem nenhum problema. Nós almoçamos juntos com os nossos profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputado Asdrubal.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós queríamos só alertar a todos para o fato de que, regimentalmente, cada Deputado tem o tempo de 3 minutos para fazer uso da palavra. Evidentemente que esta Presidência não vai tolher o fluxo de perguntas dos Srs. Deputados que excedam esses 3 minutos. Mas eu peço a todos que procurem manter os mesmos 3 minutos usados pelo Deputado Asdrubal Bentes, se possível com alguma economia, para que a gente possa dar oportunidade a todos para que possam falar, porque já tem muita gente inscrita. Eu passo a palavra...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Agradeço a generosidade a V.Exa. e a paciência aos ouvintes. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu passo a palavra ao Deputado Domingos Dutra, que teve a sua vaga cedida pelo Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, primeiro eu quero, em seu nome e no do Deputado Luiz Couto, agradecer essa deferência pela permuta. Eu não faço parte da Comissão, mas este é assunto que interessa ao Brasil. Portanto, eu vou fazer uma única pergunta, mas antes vou fazer algumas considerações. Primeiro, eu não gostaria que o consórcio usasse a palavra do Presidente Lula, nem do Ministro da Secretaria-Geral para legitimar nenhuma obra. Acho que é indevido usar uma figura popular como a do Presidente Lula e a do Secretário-Geral da Presidência para legitimar uma audiência de um lado, já que há contrariedade do outro.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Desde que não desconte do meu tempo.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Eu quero dizer que é absolutamente válido, sim. Só porque ele fala a verdade? Eu estava do lado dele quando ele esteve lá, e ele falou a verdade. É preciso que seja usado, sim. Nós precisamos desmistificar isso aqui e colocar isso tudo a claro. Ou só interessam os depoimentos que são contrários?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu, como fundador desse partido...



O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - V.Exa. me permite um aparte, Deputado Domingos Dutra?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Eu acho que nós temos que ter aqui muita calma, porque a referência ao Presidente Lula não foi no sentido de promover defesa de qualquer tipo de argumento, foi uma informação.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Defesa da verdade.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - E que ainda o fosse, mas não me parece nem que tenha sido nesse sentido. Foi uma informação de que ele visitou o canteiro de obras. Eu não vejo, se me permite V.Exa., nenhum excesso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, como V.Exa. fez um apelo pelo tempo e como eu já estou muito bem agraciado, eu não quero gerar nenhuma polêmica. Eu apenas respeito o direito dos dois colegas, mas gostaria que fosse respeitada a minha opinião de que eu acho indevido usar uma figura como a do Presidente Lula para legitimar, numa audiência em que há uma contestação neste momento.

Segundo, sou favorável, como todos os brasileiros, à energia, à energia limpa. Mas eu tenho dito e repito: a usina produzida neste País de hidrelétrica é uma energia suja. Energia suja com os ribeirinhos que são destroçados, com pequenos proprietários, com pescadores que estão passando fome. Eu dou o exemplo de Estreito, onde os pescadores estão em cesta básica, porque o consórcio não cumpriu com as suas obrigações, indeniza de forma irrisória quem é ribeirinho. Ou seja, há um destroçamento, há um processo de miserabilização de quem é pobre.

Terceiro, é preciso que o Estado brasileiro, que tem esses grandes empreendimentos, independentemente de qualquer Governo, que o Estado tenha a responsabilidade de se preparar preventivamente. Uma obra como essa, uma obra como a de Belo Monte... Eu era criança ainda quando eu vi uma índia passando um facão no pescoço do Presidente da ELETRONORTE, com relação a Belo Monte. Passam-se 30 anos, e o Estado não constrói estrutura de saúde, não constrói estrutura de educação, não constrói estrutura de segurança, não capacita e, de repente, chegam 30 mil homens no local. É irresponsabilidade do Estado, que faz um estudo para preparar uma obra e não toma medidas. Uma obra como essa



impacta a segurança, impacta a saúde, destroça a segurança, os alugueis vão lá para cima, com uma série de males. Eu acho que não se pode mais permitir que o Estado não faça o seu planejamento e que só olhe o grande empresário. Esses grandes consórcios, Deputado Moreira Mendes, não respeitam o poder local, não respeitam o Prefeito, não respeitam o delegado, não respeitam nem o Governador. O canal desses consórcios é diretamente com Brasília. E estou falando isso do meu Governo. Lá em Estreito mandam um funcionariãozinho do IBAMA cobrar as condicionantes. Não respeitam. E quando tem um funcionário do IBAMA que lavra um auto de infração, vem aqui em cima e modifica, ou então recorre quando tem uma multa. Porque são consórcios que parecem estar acima do Estado brasileiro. Portanto, eu acho que tem que preparar para evitar essa injustiça.

Segundo, há o descumprimento total das condicionantes. Fazem essas condicionantes, como Belo Monte agora tem cento e poucas condicionantes. Foi a mesma coisa que Pedro Álvares Cabral fez. Quando chegou aqui, deu fumo e pano vermelho para os índios. Ainda hoje está todo mundo no fumo. Assinam essas condicionantes e não respeitam, não cumprem.

Por último, nós encaminhamos aqui, pela Comissão de Direitos Humanos, agora no caso de Jirau e Belo Monte, porque eu estive lá... Não fui à Camargo Corrêa, eu fui à ENESA Engenharia. Eu e o Padre Ton passamos 2 horas para poder entrar no canteiro, 2 horas. Lá, eu não encontrei uma agência do Banco do Brasil, não encontrei uma agência do banco da Caixa Econômica, nada do Estado. Eu só encontrei lá a polícia. Então, o Estado não pode, para um canteiro de uma obra dessa, com tanta gente, mandar só a polícia, na hora em que estoura.

Nós estamos sugerindo que o Estado coloque agência de banco, coloque Justiça do Trabalho no canteiro, coloque Correio, coloque telefonia, para não levar só polícia.

Por último, só para perguntar mesmo, uma única pergunta, eu ouvi aqui a exposição do Dr. Luiz Carlos. Muito bonito, Dr. Luiz Carlos, aqui é bonito, é lindo, é Primeiro Mundo. A única pergunta que eu faço para todos: se é tão bonito assim, por que tanta revolta e tanta violência em tão pouco tempo? Por quê? É a única pergunta que eu faço à Mesa, já que o tempo é curto, e eu mais uma vez agradeço a cessão do Deputado Luiz Couto.



A pergunta é essa: se está tudo bonitinho, tudo funcionando, por que tantas revoltas em tão pouco tempo, com tanta violência praticada pelos operários? Será que foi só uma orquestração de gente do PCC, do Comando Vermelho, que foi para lá só para tocar fogo? Então, essa a pergunta. Se foi do PCC, é mais uma culpa do Estado, que não teve capacidade para treinar, para capacitar, usou gato para arrebanhar mão de obra. Então, não são os trabalhadores os culpados, nem talvez a empresa, é o Estado. Nós temos que ter Estado. Não pode deixar essa selva de botar na mão das empresas o controle de tudo.

Era isso, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Domingos Dutra.

A Mesa está livre para se habilitar à resposta, alguém que queira comentar.

O SR. ERMÓGENES JACINTO DE SOUZA - Eu queria apenas fazer uma colocação dentro disso que o Deputado colocou. Então, Senador Moreira Mendes e todos, é óbvio que está estabelecida aí a dialética: de um lado a colocação é claro do grande empreendimento e do desenvolvimento da região; e do outro lado essa nossa preocupação. Eu sou um modesto advogado, um advogado simples e que não somos muito lá, são mais à esquerda os zeros. Mas, na verdade, eu vejo o seguinte: por que deixaram esses operários abandonados lá? Se não fosse eu, o Dr. Ermógenes, ir lá a mando da Liga Operária, por causa dos outros aí, o STICCERO e não sei mais quem e outras pessoas lá, esse pessoal estava apodrecendo lá no presídio. E o processo não está concluso, o processo não está julgado, eles não são culpados, porque não tem uma sentença culpando eles. Esse aqui está liberado. A sentença dele... Não se pode afrontá-lo na dignidade dele, não, porque nós temos uma sentença que o absolveu. Quem errou foram os outros que mandaram prendê-lo e que fizeram as coisas erradas. Não teve prova, muitas provas foram inconsistentes e não teve nada.

Por que isso: deixar esses homens todos lá, apodrecendo na prisão? Se eu, dentro da minha pequenez lá, sem dinheiro, etc., capengando lá, não fosse lá e fizesse os HCs e vamos atrás, eles estavam lá até agora. E são homens, têm dignidade, têm tudo, foram contratados, fizeram uma ficha cadastral, têm a família lá no Maranhão, não sei onde, trouxeram para trabalhar na obra. E porque foi pego



com um isqueiro, um binga, esse aqui passou, a polícia passou e vem cá: “*Você tem um isqueiro. Você que tocou fogo aqui no negócio*”. O rapaz é fumante desde os 12 anos de idade na caatinga lá do Nordeste, e fizeram essa ligação, essa alusão, botaram lá, trancafiaram. Por sorte ele não foi eliminado na sessão de tortura que fizeram... Desculpe colocar, mas é isso que quero colocar. Por quê? Eu também faço essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado, Dr. Ermógenes. Vamos ao Deputado... Alguém mais queria? (*Pausa.*) Dr. Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Deputado Domingos Dutra, é uma pena que o senhor não foi ao canteiro da Camargo. Eu convido o senhor a ir conhecer Jirau Camargo Corrêa, não ENESA, mas a Camargo Corrêa. A Camargo é aquilo tudo que eu mostrei ali. O senhor é meu convidado para ir lá comigo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor poderia explicar, se a Camargo é tão bonitinha, por que houve tanta violência, com tanto incêndio em tão pouco tempo?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Olha, não foi só Jirau, né? Foi Jirau, Santo Antônio, São Domingos, refinaria, COMPEX, no Rio de Janeiro. Foi nas obras do PAC como um todo. Aí não cabe à Camargo Corrêa julgar. Mas isso foi uma deflagração, não sei se é PCC, ou o que foi, mas foi uma deflagração geral no Brasil do movimento grevista que hoje nós estamos vivendo. Têm 350 mil funcionários públicos em greve no Brasil hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O Deputado Moreira Mendes está inscrito.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores integrantes da Mesa, convidados e convocados... Aliás, eu queria saber por que um é convocado e os outros são convidados. Mas, de qualquer forma, todos aqui prestaram os seus esclarecimentos.

Eu vou tecer alguns comentários com relação ao que vimos e ouvimos hoje aqui. Mas, antes, eu quero apenas fazer uma pergunta. Quero lembrar, olhando aqui para o meu colega Ermógenes, que eu sou um modestíssimo advogado, então tenho mais ou menos uma percepção das coisas do ponto de vista jurídico, essa coisa de processo, de inquérito. Estou mais ou menos um pouco mais velho que o



Ermógenes, lá em Rondônia. Ele está com 35 e eu com 41, advogando. Mas eu achei muita sinceridade no posicionamento do Raimundo. Ele foi sincero. Quem lida na advocacia tem essa percepção de quando a pessoa está mentindo ou não. E ele foi tão sincero que já afirmou que ele chegou ao canteiro por conta dele. Eu só queria fazer uma pergunta para ele.

Raimundo, como você foi lá do Piauí, seu Estado, até Porto Velho? Como você chegou a Porto Velho? Você foi recrutado lá ou você, em Porto Velho, se dirigiu ao SINE? Só para ficar claro. Eu mais ou menos já entendi o que você disse, que foi ao SINE, em Porto Velho. E se, de alguma forma, quem o contratou usou de força, de violência, se o levou na marra para ir lá trabalhar, se lhe fez alguma proposta: *“Vou lhe dar tanto, mas depois vou descontar do seu salário”* ou alguma coisa desse tipo? Queria que você dissesse isso primeiro.

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Não. Nunca ninguém chegou a dizer assim, embora... Ninguém nunca me obrigou, entendeu? Eu só ouvia mesmo gente falar lá, passando no rádio mesmo, que o homem estava levando, entendeu?

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O tal do “gato” aí?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - É.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Mas, no fim, não foi ele que o levou?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Não.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Como você foi para Porto Velho?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Eu fui por minha conta.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Por sua conta. Perfeito.

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Com dinheiro emprestado. Tomei dinheiro emprestado e fui.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - E fez muito bem. Chegou, habilitou-se e foi contratado.

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Fui contratado.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Perfeito.

Agora, eu quero fazer uma pergunta ao Dr. Luiz Carlos Martins, da Camargo.



Aliás, eu vou fazer aqui algumas afirmações, porque eu conheço a história e, se eu estiver enganado em alguma coisa, queria que o senhor me corrigisse.

Por que eu conheço? Primeiro, porque sou de Rondônia, conheço essas duas obras do primeiro passo, da partida da primeira máquina que começou a abrir o primeiro trecho de estrada. Já estive inúmeras vezes dentro dos dois canteiros, mas isso eu vou deixar para depois.

Essa questão do recrutamento de pessoas é feita pela Camargo, até onde eu sei, vi e ouvi, e chegou a um limite. Primeiro, foi no Estado todo. Todo o Estado, num convênio com Governo do Estado, Federação das Indústrias, Federação do Comércio, entidades, a própria Camargo Corrêa, a sociedade de propósito específico, a Energia Sustentável do Brasil e Santo Antônio Energia, contribuindo também para esse procedimento. Foram qualificadas as pessoas do Estado todo.

Rondônia é um Estado aproximadamente do tamanho de São Paulo, tem 1,5 milhão de pessoas. Rapidamente, esgotou-se a capacidade de mão de obra e de recrutamento do Estado, porque não há... Até porque o nosso Estado tradicionalmente é um Estado de agropecuária. Ninguém tem muita formação, não tinha muita formação esse pessoal específico para obra. Aliás, vou abrir um parêntese, o que vai sobrar mesmo para Rondônia efetivamente é a mão de obra qualificada, porque o resto vai tudo embora, inclusive a energia. Terminada a obra, as empresas vão embora, a energia vai embora, nem os impostos ficam mais em Rondônia. É preciso deixar claro isso. Mas isso não é culpa da Camargo, nem da Energia Sustentável, nem de nenhum de nós que está aqui. Esse é um problema da legislação, que assim prevê.

Muito bem. Esse recrutamento, a partir do esgotamento da mão de obra do Estado de Rondônia — e foi no Estado inteiro, eu sei —, começou a ser feita em outros Estados. Este recrutamento — vou perguntar ao senhor — é feito de que forma? Queria que o senhor detalhasse como esse recrutamento é feito nos Estados do Nordeste, em São Paulo, onde for, como esse povo chega a Rondônia, se o transporte deles de lá, do local onde é recrutado até Rondônia, é pago pela Camargo, onde ele é alojado, se ele é preparado, como é essa história do baixar, do sair, a cada 3 meses de trabalho, e voltar para a sua origem, qual é o transporte,



quantos dias ele fica, para eu poder formar o meu juízo e concluir a minha observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Moreira Mendes.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, depois da resposta dele, eu quero concluir o meu raciocínio, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Bom, Deputado Moreira Mendes, com esse esgotamento da mão de obra de Rondônia, nós saímos para outros polos. Montamos alguns polos no Pará, no Maranhão, e nós fazemos sempre a contratação via SINE. O SINE encaminha à Camargo Corrêa, dentro do seu banco de dados, os profissionais que eles têm habilitados ou qualificados lá.

Nós abrimos várias vagas via jornal. Aqui tem o jornal do Maranhão, do Pará. Eles se encaminham ao SINE, nós colocamos a demanda: 250 armadores. Pega-se os 250 armadores, eles vão para Porto Velho de avião cadastrado pelo SINE, chegam lá, ficam...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Pago pela empresa?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Pago pela empresa. Ficam em um daqueles 51 hotéis em Porto Velho. Depois que é feito todo esse levantamento de documentação e aí ele foi apto para o trabalho, eles vão para o canteiro. Passam naquelas salas, que eu mostrei ali, de cadastramento, e depois envio ao alojamento, ou mais de esquerda ou mais de direita. Sempre via SINE.

Com relação a esse pessoal aí, os golpistas que andam falando da Camargo Corrêa, em 2010, nós encaminhamos à Polícia Federal de Rondônia um ofício, quando nós tomamos conhecimento de algumas pessoas falando e cobrando pela Camargo Corrêa... Está aqui esse ofício encaminhado.

Em Goiás, surgiu também essa história de que a Camargo Corrêa estava aliciando. Nós colocamos esse esclarecimento para a população.

Enfim, a Camargo é uma empresa grande, Jirau é a maior obra do PAC, e esses golpistas sempre aparecem na região.

Durante o acordo, ou os acordos coletivos de trabalho com o STICCERO , que é o sindicato dos representantes da categoria local, vários benefícios e várias baixadas foram concedidas.



A última baixada acertada... Baixada significa visita à família. Então, se ele é do Maranhão, nós pagamos um voo para ele de Porto Velho até São Luís ou de Porto Velho até Belém. Ele tem cinco dias úteis para ficar em casa. Normalmente, coincide com dois finais de semana, então são 7 dias no total, e voltam de avião para trabalhar. Isso a cada 90 dias. É assim que funciona, com toda despesa paga e custeada pela empresa Camargo Corrêa.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O.k. Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Bom, inicialmente, quero dizer o seguinte: vou apenas colocar aqui que esta audiência pública extrapola o campo temático desta CPI, ou seja, o fato determinado que ensejou esta criação. Pois aqui a criação da CPI é para tráfico de pessoas e não para falar de trabalho escravo, de preso, de inquérito, de incêndio. Mas, mesmo assim, esta é mais uma oportunidade para que a gente possa passar essa questão a limpo.

Eu quero dizer que faço isso como um desabafo pelo povo de Rondônia. Nós estamos cansados de ver Rondônia nas manchetes como se fosse a vilã de toda essa história. E é o contrário.

O nosso Secretário, com muita propriedade, já colocou esta questão, porque este é um problema de polícia, de justiça. Não tem nada a ver com a Camargo, com a ENESA, com a Odebrecht, com a obra A, com a obra B. Nós não estamos aqui nem com o trabalho escravo... O ilustre representante da CNBB falou muito de trabalho escravo. Isso aqui não é para apurar trabalho escravo, nem é para apurar questões trabalhistas. Mas vamos continuar.

Eu já participei, nesta Casa, seguramente, de umas oito ou nove audiências públicas das mais diversas Comissões, Deputados: Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Fiscalização e Controle, que, a cada mês, tem uma audiência diferente para ir lá, para visitar, para apurar irregularidade, para isso, para aquilo. Já participei até da Comissão de Agricultura. Qual é o resultado? Nenhum, porque tudo o que está sendo feito em Rondônia é feito corretamente. Não é a Camargo Corrêa, são por todas as empresas que estão lá trabalhando.

Às vezes, acontecem problemas com terceiros, empresas que são... Por isso, sobre o outro convocado que não esteve hoje aqui, acho muito prudente que ele



venha na próxima para dar explicações, porque lá é que está o problema. São empresas terceirizadas que não conseguem depois liquidar com seus contratos e pagar mão de obra. Mas vir falar aqui que a comida lá da Camargo Corrêa é ruim... Isso é piada. Isso é mentira deslavada. Eu comi lá várias vezes, não foi uma não. E, na mesa onde senta o trabalhador mais humilde — e está aqui o Raimundo para me chamar a atenção se eu estiver mentindo —, senta lá e come o engenheiro, come o Deputado, come o Delegado, come o Secretário, come o Governador e come o Presidente da República. Então, que história é essa? Agora, Rondônia virou a Geni deste País? As duas maiores obras do País lá em Rondônia... E toda semana é um negócio aqui na Câmara dos Deputados para denegrir o povo de Rondônia, para denegrir um trabalho tão brilhante como aquele. Vai deixar problema? Com certeza, nós vamos ter problema, Dr. Ermógenes, do rescaldo das obras. Com certeza, nós vamos ter... Mas esse é o ônus do progresso. Assim foi no passado. Assim foi com a construção de Brasília.

Então, eu estou dizendo tudo isso aqui para desmistificar essa coisa de uma vez por todas.

Eu queria... Infelizmente, o Deputado Domingos Dutra não está mais aqui para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Mas eu queria que ele estivesse aqui para dizer que, na verdade, quem cria problema são esses movimentos radicais de esquerda, que não têm nenhum compromisso com o País. Ao contrário das milhões de pessoas de bem que verdadeiramente têm compromisso.

Nós estamos aqui diante de um trabalhador. Têm 30 mil trabalhadores lá. Bota os 30 mil aqui dentro para dar o seu testemunho para ver quem fala a verdade.

Enfim, Sr. Presidente, esse é mais um desabafo, por Rondônia, pelo povo de Rondônia, que tem que ser respeitado. Tem que acabar com essa história de imaginar que nós somos, lá, tudo bandido, vilão e estamos destruindo a natureza. Todo dia tem uma novidade diferente.

É isso o que eu queria dizer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Moreira Mendes.



Quero convidar para fazer uso da palavra o Deputado Nelson Marchezan Junior, que está inscrito, e, logo em seguida, convido o Deputado Paulo Abi-Ackel para usar a palavra.

Antes eu quero só esclarecer ao Deputado Moreira Mendes que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, esta CPI, de forma alguma, exorbitou quando convocou esta sessão. Há uma farta jurisprudência já constituída pelo Supremo Tribunal Federal, inclusive sobre a extensão de trabalhos ou fatos outros alheios à natureza da CPI que são absolutamente absorvidos pela CPI se tiver alguma relação correlata.

Nós estamos discutindo aqui a questão de tráfico de pessoas, e, no julgamento desta CPI, o que houve. À revelia, inclusive, oficialmente, de Governo, de empresa, etc. e tal, foi um processo que deve ser, evidentemente, investigado, seja pelo gato, seja por outras razões, repito, que podem, inclusive, acontecer alheios à vontade desses atores.

Então, só para fazer essa correção a V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan Junior, para fazer as suas considerações.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Obrigado, Presidente.

Eu fui indicado pelo PSDB há poucos dias para participar da Comissão, e confesso que eu não sou um especialista em Direito Penal, mas eu busquei aqui, com uma certa insistência, alguma tipificação com relação a tráfico ou algo parecido que pudesse se enquadrar em tudo aquilo que foi falado hoje de manhã. E aqui me pareceu que talvez tenha abuso de autoridade, tortura e, talvez, até uma corrupção que envolva um conluio entre Força Nacional, Polícia Estadual, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Judiciário, Secretaria de Segurança, Procuradoria do Trabalho, Delegacia do Ministério do Trabalho. Enfim, parece que estão todos envolvidos em algum conluio específico que atinge uma dezena de pessoas, algumas procuradas pela Justiça por questões penais, e o cidadão Raimundo, que pode até ter sofrido alguma tortura, algumas dessas questões penais que foram colocadas.

Mas eu realmente vejo um canhão para matar uma marreca. Vamos supor que tudo o que o Raimundo tenha colocado aqui... Nós estamos fazendo uma



audiência pública para buscar essa situação aqui na Câmara Federal. Eu realmente não vejo aqui... Não consegui entender a motivação, e aí eu imagino que os Deputados tenham feito, aprovado, esta audiência, etc., mas eu não consigo ver essa movimentação toda de uma estrutura pública para que a gente possa analisar uma questão específica, a não ser que haja um indício desse grande conluio entre todas essas estruturas públicas. E aí me pareceria mais correto chamar, então, a Delegacia do Ministério do Trabalho, chamar a Procuradoria do Trabalho, chamar a Força Nacional, que foi quem, efetivamente, segundo a sua referência, exerceu os atos de tortura, torturou. Mas eu não entendi até o momento, pelo menos não de uma forma objetiva, porque a gente sabe que tem muitas questões subjetivas dentro desta Casa, a questão objetiva de a empresa do grupo Camargo Corrêa estar aqui.

Então, eu queria só fazer esses comentários. Eu não tenho muito o que questionar. Eu queria perguntar para o Secretário: Há esse conluio? Há algum indício de conluio? Existe algo maior que eu não tenha percebido aqui? O Ministério Público do Trabalho fez algum contato com vocês? A Delegacia do Trabalho? Existe algo maior que eu ingenuamente não esteja percebendo? Ou efetivamente a gente está tratando de um caso, três, quatro, cinco casos específicos que não se enquadram como tráfico, em hipótese nenhuma? Em nenhuma das hipóteses penais, mesmo que pudéssemos fazer um esforço aqui, que eu fosse um promotor dos mais arraigados e buscasse uma abrangência... Eu estou enganado ou a gente está lidando aqui com um caso de talvez abrir um inquérito com relação à delegacia e um inquérito administrativo com relação ao pessoal da Força Nacional? Seria isso?

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Deputado, antes de ele responder, eu só queria fazer uma observação, se V.Exa. me permitir.

É porque está do outro lado a obra de Jirau e a construtora Camargo Corrêa. Se fosse a obra de uma PCH, do fundo do meu quintal, ou se fosse a construtora Zé das Couves, não tinha nada disso. É palanque.

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Deputado, na verdade, o que nós temos aqui... E o que nós viemos aqui, inclusive, apresentar foram os eventos que ocorreram. Realmente há indícios de participação criminosa. Os motivos determinantes nunca ficaram muito bem esclarecidos. Eles podem variar desde um



tipo de articulação política envolvendo sindicatos, até porque as quantias são vultosas no que diz respeito à contribuição sindical, então, nós notamos que há essa informação também tanto nos autos de investigação policial quanto na questão da inteligência estratégica mesmo, como também até mesmo atos de vandalismo vulgares. Pessoas, por exemplo, como foi dito pelo representante da Camargo Corrêa, a cada 90 dias têm uma baixada de 5 dias, 7 dias, em que o trabalhador vai embora às expensas da empresa.

E, da mesma forma como acontecem esses episódios, esses vandalismos, em que o canteiro é prejudicado, as obras são paralisadas, todos os trabalhadores são dispensados à custa da empresa, vão para casa. Então, há pessoas que nesse meio têm interesse em causar esses danos para poder simplesmente ir para a sua casa, ficar lá sendo remunerado durante 3 meses, recebendo pagamento da empresa, do consórcio que está construindo. Mas aqui nós temos fatos que, se forem verdadeiros, são fatos isolados e que vão ser apurados no bojo da investigação pertinente.

Então, quero deixar bem claro aqui que, como foi dito pelo advogado Ermógenes, as investigações já estão em fase de ação penal, relacionadas aos eventos da depredação, do incêndio, mas o fato que apura os supostos abusos que foram relatados pela Ouvidoria e pela Comissão, em que o Estado foi instado a tomar uma providência, já foi instaurado o inquérito policial. E nesta situação se encontra agora: na tramitação de inquérito policial para apurar, inclusive, esses supostos desaparecimentos, as supostas torturas alegadas.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Só para concluir, além, então, dos fatos narrados aqui, dessas ocorrências policiais que envolvem uma dúzia de pessoas...

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Doze pessoas que estão supostamente desaparecidas. Treze, na verdade.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - A gente teria algo mais além disso para agregar com relação ao mérito da CPI, etc.?

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Não existe número, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Paulo Abi-Ackel, V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Srs. membros da Mesa, eu tenho pouco a acrescentar, porque dois Parlamentares com formação jurídica resumiram bem, talvez até uma certa decepção que tive, porque fiz questão de participar desta Comissão exatamente porque acreditei nela.

Podemos exatamente analisar, discutir, investigar questões relacionadas ao tráfico de pessoas. Mas, nesta reunião aqui de hoje, nós não tratamos dessa matéria. E chego até a perguntar exatamente se não devia V.Exa., que preside a Comissão, começar os trabalhos convocando o representante do Ministério do Trabalho em Rondônia, ou o representante do Ministério Público Estadual, ou o representante do Ministério Público Federal, ou a Polícia Civil, ou a Polícia Federal; ou, enfim, alguns dos juízes da Justiça Comum ou da Justiça Federal que presidem algum inquérito ou algum processo judicial que trate da matéria.

Acho que começarmos o trabalho da CPI através de uma convocação — é uma convocação, não é um convite, é uma convocação — para que venha aqui o diretor de uma empresa sobre quem não pesa absolutamente nenhum tipo de acusação de tráfico de pessoas... Porque aqui nós discutimos suspeitas de má alimentação, suspeitas de mau alojamento, mas tráfico de pessoas, aqui, até onde consegui perceber, não houve absolutamente nenhuma acusação formal nesse sentido.

Então, tenho por V.Exa. um enorme respeito, tanto que o convidei para participar comigo da Liderança da Oposição na Câmara dos Deputados. V.Exa. foi meu Vice-Líder, daí a minha enorme confiança no trabalho de V.Exa. Mas quero acreditar, ilustre Presidente, que esta reunião fugiu inteiramente aos propósitos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero acreditar que, em outras oportunidades, nós poderemos, realmente, discutir a questão do tráfico de homens e mulheres no País. Mas, realmente, durante todo esse período, período este em que prestei bastante atenção, não vi, por parte de quem quer que seja, nenhuma argumentação relacionada a tráfico de pessoas. Portanto, creio que o Dr. Luiz Carlos Martins, Diretor de Energia do Grupo Camargo Corrêa, deve estar se perguntando: *“O que estou fazendo aqui?”*.



Por fim, deixo registrada aqui, realmente, a minha certeza de que V.Exa. haverá de convidar, nas próximas reuniões, pessoas que possam, realmente, debater a questão de tráfico de pessoas no Brasil.

Muito obrigado.

São essas as minhas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Paulo Abi-Ackel.

Deputado Luiz Couto com a palavra. Depois o Deputado Sibá Machado...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em primeiro lugar, é importante perceber que, em todos os depoimentos que foram realizados anteriormente, sempre esteve associada uma relação profunda entre tráfico de seres humanos e trabalho escravo. Essa é uma realidade que ninguém pode negar. E se há trabalho escravo, isso é motivo para que nós possamos investigar.

Quando nós recebemos a denúncia, era de que havia um procedimento que eram os gatos que estavam aliciando pessoas para levar para... o Dr. Luiz Carlos disse que tem até um procedimento solicitando à Polícia Federal que investigue essa situação do uso.

Então é importante que nós possamos ouvi-lo para que a verdade possa se estabelecer. Aqui ninguém é dono da verdade, há duas situações, e é importante que a Comissão possa escutar as pessoas.

Nesse sentido, cabe a cada pessoa, no momento de convidar ou convocar as pessoas... Não significa já um procedimento de acusação ou de dizer que a pessoa é responsável. Por isso é que é mais importante esta CPI, para que alguns fatos possam ser revelados e algumas situações possam ser desveladas, muito mais do que isso aí.

Em primeiro lugar, queria dizer o seguinte: a Comissão de Direitos Humanos recebeu essa denúncia, e foi o Presidente e o Vice-Presidente, mais a Defensoria Pública da União, em Rondônia, que estiveram visitando e conversando com algumas pessoas.

Chama a atenção, Sr. Presidente, o depoimento... É claro que é uma empresa que não é a Camargo. É um encontro com o Sr. Manolo Carvalho, membro da



Comissão de Negociação da Empresa ENESA, que parece ser uma subsidiária, ou seja, é contratada por outra empresa.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hein? *(Pausa.)* Pronto.

Mas é o seguinte, diz assim:

“Denunciou que os trabalhadores da margem direita do canteiro de obras não recebem o mesmo valor da hora extra dos trabalhadores da margem esquerda e que há acidentes de trabalho com mortes que não foram comunicados; que são comuns a ocorrência de infecções alimentares e outras doenças decorrentes da insalubridade dos alojamentos e locais de trabalho. Reclamou também da insuficiência de água potável, alojamentos pequenos, banheiros precários e falta de espaço de lazer.”

Isso é com relação à empresa ENESA.

Mas também chama a atenção ainda na fala do seu Manolo, que diz o seguinte:

“Acrescentou que os contratos de trabalho são indeterminados, que há muita rotatividade de operários; que 90% dos trabalhadores são de fora de Rondônia e que empresas terceirizadas do Consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), comandada pela Camargo Corrêa” — está aqui, isso ele diz — “não assumem as obrigações trabalhistas e nem com fornecedores. É o caso, por exemplo, da empresa WPG.”

Eu queria saber se essa empresa é mesmo contratada pela Camargo Corrêa, se tem alguma vinculação.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Não, essa empresa foi contratada agora para fazer o desmatamento do reservatório diretamente pela ESBR, não tem nada com a Camargo. E a líder do consórcio é a Suez, não é a Camargo Corrêa.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então é importante que nós tenhamos esta audiência para que possamos ter as informações...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Deputado, o senhor me permite um aparte de quem tem conhecimento para lhe dizer que há uma confusão, realmente, com a Camargo Corrêa, assim como a Odebrecht no outro canteiro, com as contratadas da empresa de propósito específico, que é a dona do empreendimento. Neste caso aí, quem contrata — sei, porque acompanhamento de perto — é a Energia Sustentável do Brasil. E vou lhe dizer mais: tem procedência sim, às vezes, algumas informações de que direitos trabalhistas não são pagos porque a Energia Sustentável do Brasil não paga a empreiteira. São vários os processos que estão ajuizados lá. Mas não é a Camargo e nem é a Odebrecht, que não está citada aqui, mas é a grande empreiteira da outra obra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando nós ganhamos uma licitação e nós contratamos outras empresas, nós assumimos uma responsabilidade também. É importante verificar a procedência dessas empresas, se elas têm mesmo condições, porque algumas delas vão lá e não têm condições efetivas de adimplência com relação... E muitas vezes quem leva a culpa é a que tem maior volume de trabalhadores. Mas é importante que nós possamos...

Mas há um depoimento do Alexandre dos Santos Brito. Ele informou que todos os dias chegam intimações da Polícia para os trabalhadores e mostrou as intimações. Até o dia 22 de março de 2012, haviam chegado 15 intimações oriundas da delegacia instalada na Vila Nova Mutum. Disse que a polícia veio várias vezes ao alojamento, e alguns policiais não tinham identificação, o que é grave. *“Atos isolados de um ou outro trabalhador que, revoltado por sua situação, cometem algum excesso, são considerados ação de todos os trabalhadores. As empresas não deixam a imprensa se aproximar dos alojamentos e, sistematicamente, divulgam versões distorcidas dos fatos relacionados às ações dos trabalhadores.”*

E aí ele diz:

“Por fim, denunciou que estão sem o direito de ir e vir, pois estão proibidos de sair do canteiro de obras e, quando saem, são impedidos de retornar. Também



reclamou do não cumprimento das folgas para visitar as famílias em outros Estados.”

Como o representante da outra empresa não está aqui, eu pergunto — depois ao Dr. Luiz Carlos — se de fato essa denúncia que é feita tem procedência.

Mas também os defensores públicos da União que estavam lá, que têm fé de ofício, afirmaram aos trabalhadores que há uma clara e evidente violação dos direitos humanos e direitos civis e se colocaram à disposição para acompanhar as demandas que forem formuladas por eles, em especial sobre os trabalhadores sem direitos previdenciários e de saúde.

Na visita que fizeram aos alojamentos, eles verificaram o seguinte:

“Já os banheiros são precários, com fungos e cupim. Não há esgoto sanitário. Os dejetos correm a céu aberto, facilitando a proliferação de doenças. O mesmo se percebeu nos bebedouros. Eles são poucos, alguns nem gelam a água. E falta higiene diária dos mesmos.

Já os espaços de lazer são como se não existissem. As poucas mesas de sinuca estão amontoadas com materiais da obra.

Outro problema grave é a falta de lavanderia. “Os trabalhadores lavam suas roupas nos banheiros, o que só aumenta a falta de higiene.”

Aí o doutor vai dizer se na Camargo Corrêa isso acontece ou se são nas outras empresas que são contratadas.

Mas eu queria, primeiro, dizer o seguinte: eu concordo que há problemas, há contradições nas falas, mas o fato é que está aqui o Raimundo, que disse que foi torturado e que outros presos também sofreram repressão. É importante verificar essa situação. O Secretário disse que há outro procedimento investigando que é importante. A tortura não pode ser admitida de jeito nenhum. O trabalhador, se cometeu alguma irregularidade, algum crime, pode inclusive... Mas a tortura não pode ser usada para conseguir informações, porque isso nós não podemos aceitar.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Deputado, V.Exa. me permite um aparte?



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só para eu terminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por favor, só para agilizar, deixe ele terminar.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Eu queria merecer um aparte.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Depois o...

É o seguinte: existe, Secretário, uma delegacia em geral que foi instalada, e está lá a informação de que existe até cela de tortura nessa delegacia. A primeira coisa, depois o senhor (*ininteligível*).

Eu discordo — aí eu quero dizer ao pessoal da Liga Operária, do seu jornal — que tenha havido conluio com o Governo, empreiteiras e traição dos trabalhadores da CUT e da Força Sindical. Ou seja, isso é um alvo que... A gente até pode colocar as coisas, mas não pode fazer essa acusação.

A segunda é que o Ministro Gilberto Carvalho é o *office-boy* das empreiteiras que comandaram o massacre. Então, isso eu não posso aceitar. O Ministro Gilberto Carvalho é um democrata, é um homem ligado aos direitos humanos. Com certeza, não iria admitir essa situação.

Agora vem uma pergunta para o Raimundo. Raimundo, você disse que desapareceram seus documentos e suas roupas, seus objetos. Você recuperou esses objetos?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Nenhum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nenhum. Quem é que tirou isso de você?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Isso eu não sei lhe informar, porque isso foi na hora que a polícia me pegou, né? Eles me levaram...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi na hora...

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Eles me levaram, eu não levei nada.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O senhor (*ininteligível*) foi queimado?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Não, não foi queimado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Pedir ao Secretário de Segurança para investigar quem é que levou o documento e também os objetos de uso pessoal do Sr. Raimundo.



Segunda coisa, Sr. Raimundo: o senhor registrou queixa, o senhor foi acusado de tocar fogo. O senhor nega que tenha agido... O senhor foi lá para o seu alojamento, porque...

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - É que na hora eu nem estava lá, né? Foi na hora que eu cheguei. (*Ininteligível*) o ônibus estava deixando muito longe, foi que, de longe, eu vi aquele fogo. Eu nem pensava que era no alojamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor disse o seguinte: a primeira pessoa que lhe chamou para ir trabalhar foi esse tal desse gato. Como é o nome dele mesmo?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - É o Tonho Milagre. Tonho Milagre.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tonho Milagre.

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Tonho Milagre.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele parece que faz milagre ao contrário: só coisa ruim. Milagre é sempre uma coisa boa, mas esse aí... Esse rapaz chegou e disse para você: "*Olha, vamos para lá, você tem que pagar 500 reais*".

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Quinhentos reais é o que ele cobrava para trazer até Porto Velho e garantir.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor gastou quanto, quando foi para lá sozinho sem esse Milagre?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Eu gastei seiscentos e pouco, mais minha despesa e tudo. Quando cheguei lá, demorei ainda.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, demorou lá.

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - É porque o dinheiro que eu arrumei foi só seiscentos e pouco.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor disse que quando chegou um policial deu voz de prisão ao senhor.

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Foi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tinha identificação esse policial? O senhor sabe o nome dele?



O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Não, não sei o nome dele completo não. Mas esse próprio policial é que foi ser testemunha meu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, foi ser tua testemunha?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Foi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E qual é o nome dele? O senhor não sabe, não?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Não sei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu gostaria depois de verificar no inquérito, no processo, o nome desse policial.

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Não sei o nome dele não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí você disse que depois chegaram outros policiais.

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Foi. Chegou um do lado, outro do outro, mandando eu ir para a parede.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para a parede?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - É. Para algemar. Eu disse que não ia não, porque eu não devia a ele não. Quem não deve não teme, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Quem é que levou para o senhor, a pessoa que levou o documento para o senhor assinar o seu desligamento da empresa por justa causa?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - O pessoal da Camargo Corrêa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas tem o nome da pessoa que...

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Não, não sei não senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi o pessoal? Foi uma ou...

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Uns que usam as camisinhas lá de amarelo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Camisa amarela.

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Trabalham no escritório central.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O pessoal do escritório central foi lá levar...



O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Levaram...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí o senhor disse: “*Não, eu não assino. Eu não fiz nada disso*”. Não é?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Eu disse: “*Eu não assino não*”.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo, muito bem. Aí o senhor ficou preso quanto...?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Cinquenta e quatro dias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Cinquenta e quatro dias.

O senhor diz que sofreu pancada, foi espancado, sofreu torturas, botaram pimenta nos seus olhos. Quem foi que lançou pimenta? Foi esse policial...

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Foi esse próprio policial.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...que também foi testemunha contra o senhor?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Na hora ele mandou eu olhar para ele, eu olhei. Aí, era pimenta.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deputado Luiz Couto, isso já foi tudo falado. A gente está...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas eu quero informação.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mas é que isso tudo ele já falou. Ele falou que botaram pimenta, que foi o policial, que chegaram dois policiais, que quem não deve não teme.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, não, não. Isso aqui não é não. Ele não disse... Na informação ele não disse que era o policial que serviu de testemunha para ele. Foi o policial que deu voz de prisão. Então, eu...

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Deputado Luiz Couto, eu já havia lhe pedido um aparte.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu tenho direito, como Parlamentar, de perguntar. Eu peço aos companheiros que não atrapalhem a minha... Porque eu quero entender, eu só quero entender, eu quero ver isso aqui. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Um minutinho, Deputado. A gente pede para o senhor, Deputado Luiz Couto, concluir a sua pergunta.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só o final. O senhor diz que sofreu, que colocaram pimenta nos seus olhos e chutaram você. Quem te chutou?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - O próprio policial da Força Nacional e da (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eles chutaram você em que parte do seu corpo?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Coxas, nas costelas, em todo lugar eu pegava murro. Ele mandava eu olhar para ele. Aí, quando eu arribava o olho e olhava para ele, ele me dava um tapão na cara.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto.

O SR. RAIMUNDO BRAGA DA CRUZ SOUSA - Aí ele dizia: "*Eu mandei tu olhar para mim, vagabundo?*"

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto. Então, de fato, foi uma prática de espancamento e tortura.

Eu quero dizer o seguinte: há muitas coisas a serem ainda reveladas. Quer dizer, há uma informação de um lado, há outra informação. Agora é importante identificar as empresas que ganharam a licitação daquele empreendimento e outras que estão atuando lá e verificar, é importante investigar essas empresas que são terceirizadas e que de certo modo... Como elas têm uma vinculação com a empresa que foi a ganhadora, muitas vezes quando se trabalha numa agência da Previdência Social e é mal atendido, acusa-se o INSS como um todo, a Previdência como um todo. Então, é preciso... Por isso eu disse que esta CPI e esta audiência são muito importantes para que a verdade se estabeleça. Ou seja, aí ainda há pontos que são contraditórios, e nós precisamos continuar investigando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado Abi-Ackel.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Eu penso que esse assunto deve ser mesmo investigado, mas no foro adequado. Esta CPI tem propósito específico.



V.Exa. sabe bem disso. E nós aqui queremos discutir o tráfico de pessoas humanas, homens e mulheres no Brasil.

O que o Deputado Luiz Couto pretende é fazer deste foro uma discussão com outro objeto, e há outras Comissões instaladas na Casa, inclusive a Comissão de Direitos Humanos, esta, sim, o foro adequado para tratar do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Abi-Ackel, permita-me...

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - É que nós estamos, Sr. Presidente, há 4 horas discutindo um assunto que não tem absolutamente nada a ver com o objeto específico desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - V.Exa. me permite uma ponderação? Eu tenho todo respeito por V.Exa., por sua opinião, ainda que discorde frontalmente da forma, do olhar com que vê o problema, mas esta Presidência não pode interromper subjetivamente, interpretando o alcance e o foco de cada qual. Quer dizer, esta audiência foi aprovada, por unanimidade, na Comissão, lamentavelmente com a sua ausência, que ainda não estava indicado para ocupar a vaga do PSDB. Portanto, neste momento, nós não temos como interrompê-lo.

Nós gostaríamos apenas de pedir a síntese, a agilidade, para que a gente possa concluir os nossos trabalhos a bom termo. Respeito a sua posição, mas está inscrito agora o Deputado Sibá Machado para as suas considerações e já estamos...

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Obrigado, Sr. Presidente, mas infelizmente é muito ruim a gente falar de um assunto desses quando as pessoas que o provocaram não estão presentes.

Então, eu pedi também para tomar parte desta CPI, até mais porque tenho assumido uma responsabilidade perante a Liderança do Governo de que todos os assuntos referentes a obras do PAC eu possa estar mais próximo, analisar, ver o que é possível, o que é exagero de informação, o que é exagero de vontade de ver, até de breçar obra ou o andamento dos trabalhos.

Então, essa obra de Girau, ela foi notícia nacional desde o dia do leilão. De lá para cá, ela é notícia nacional. Mudou o eixo da usina, tornou-se um assunto para o País inteiro acompanhar. Eu nunca imaginei que nós pudéssemos estar aqui, neste momento, tratando do que foi aquele, digamos, incidente que chegou a surpreender



todos nós. Eu acompanho isso desde o leilão. O Deputado Moreira Mendes disse que acompanha desde o primeiro trator; eu acompanho desde o leilão. E, de lá para cá, eu tenho ido lá constantemente. De três a quatro vezes por ano, eu estou lá.

Como Parlamentar nesta Câmara, eu acompanhei todas as Comissões que trataram desse assunto e todas insistem em manter o mesmo assunto. Então, não é novidade a gente estar tratando isso aqui, porque o que interessa não é julgar o problema que nos trouxe aqui; o que interessa é dizer que aquela obra vai ter, por um motivo ou por outro, que ser paralisada ou por motivos óbvios, ou por motivos políticos, seja lá de que natureza for. Então, isso é uma coisa muito complicada.

Eu nem queria usar mais os argumentos — eu já usei tantos. Apenas me referir ao seguinte: todas elas, as Comissões que acompanhei, nós, por fim, pedimos que as pessoas pudessem ir lá dar uma olhada *in loco* para não ficarem lendo um documento, e a verdade é sempre de alguém que está orientando para a paralisação da obra. Quando alguém está alinhado com a posição que paralisa a obra, essa pessoa fala a verdade. Qualquer pessoa que diga qualquer palavra contrária a isso não vale.

Eu até queria convidar o Deputado Luiz Couto e o Deputado Domingos, que são Parlamentares da nossa bancada, para irem lá comigo. Se eles foram lá não sei com quem e conversaram não sei com quem e mostraram não sei o que para eles... Porque essa obra... Almoço sempre que vou lá. E quando vou, eu levo estudantes do meu Estado. Estou levando, já estou na 12ª turma. Cada turma com sessenta estudantes, tentando orientá-los a fazer um curso na área de engenharia, vendo o que é um empreendimento daquela natureza. Então, é uma situação difícil.

O ponto aqui é o quê? Primeiro, se o Raimundo foi uma das vítimas de tráfico de pessoas humanas. Não foi, pronto, assunto encerrado. Segundo ponto que é desta Comissão: se ele foi tratado como análogo a escravo naquela obra. Se não foi, está encerrada a discussão.

Agora qualquer outro assunto que vier para cá é de outra natureza sim. E de outra natureza, sim. Eu fiquei pasmo com o relatório que vi do Deputado Luiz Couto, dizendo de uma pessoa que disse que viu esgoto a céu aberto lá. Mostrem-me, porque eu ando naquela obra, Sr. Presidente, desde o primeiro trator que chegou lá. Eu não conheço esse esgoto a céu aberto. Eu não conheço esse alojamento que é



indigno de uma pessoa estar lá, porque eu entrei nos alojamentos masculinos — e pedimos licença, é claro, porque estão ocupados —, e fomos também agora, a última Comissão foi lá com a gente. A última que foi lá que é ligada à fiscalização e controle.

Vários Parlamentares insistiram que tinham que ir lá, depois não foram, mas alguns foram. Larguei a minha campanha eleitoral no meu Estado e fui lá junto só para ver o que a empresa iria mostrar para ele. Eu quero ser testemunha ocular.

Por fim, todos concordaram: não viram absolutamente nada daquilo que o requerimento aprovado se propunha a dizer, que investigassem as coisas.

Eu almoço nesse restaurante. O Presidente Lula almoçou nesse restaurante. Todos os Presidentes das empresas que estão lá almoçam nesse restaurante, todos os engenheiros.

Agora, vamos dizer uma coisa. Uma coisa é certa, o histórico das grandes obras no Brasil era muito ruim. E eu acompanhei a de Tucuruí também de perto, Presidente. A de Tucuruí eu acompanhei. A energia não era para lá, agora é. Os operários ninguém sabia... Era um problema de todos os tipos.

Agora, o País amadureceu. Se você vai para a Justiça, a Justiça interpreta numa nova linha, o Ministério Público, este Congresso Nacional, a própria imprensa. Houve um amadurecimento, tanto é que a decisão da tecnologia dessas duas obras inicialmente era para aquelas turbinas verticais, para fazer um grande lago, para poder fazer uma queda d'água maior. E essa decisão foi de que era uma turbina a fio d'água, a bulbo, que não existia no Brasil. Então, o Rio Madeira vai ficar na cota de sua maior cheia e não um lago, como a forma que a gente vê em Tucuruí e em outros lugares.

Então, a mudança foi muito grande. O órgão ambiental não dá moleza.

Agora, houve uma briga sindical? Houve. Então, se a Liga Operária chegou lá num momento de fragilidade de liderança, chegou na hora certa.

Eu vi que o pessoal da CUT da força sindical não operava lá no sindicato da construção civil de Rondônia, porque era um sindicato pequeno, Presidente, e não tinha muita importância. Portanto, deixaram para lá. E de uma hora para outra, chegam lá mais de 20 mil operários. Isso chama a atenção. As Centrais foram lá.



Houve disputa eleitoral, e uma delas ganhou — não vou citar o nome aqui para não fazer campanha. Houve dificuldade.

Agora, se for para dizer onde estão os arquitetos, quem orquestrou aquela destruição que houve lá, essa pergunta nenhuma das Comissões faz. Eu não vi nenhuma das Comissões até agora fazer esta pergunta, Presidente: quais foram as pessoas que, de fato, orquestraram a destruição lá? Eu queria saber, porque isso ninguém pergunta.

Então, se for para colocar um requerimento na próxima, eu queria colocar um requerimento nessa direção: quais são as informações que nós temos para saber quem foi que orquestrou?

Por fim, já encerrando, eu tive uma conversa também com o Ministro Gilberto Carvalho. Aquilo que ele falou no vídeo — ele não falou, mas o âncora do jornal que disse. Ele tratou aquilo com preocupação, porque houve uma onda de greves orquestradas e simultâneas em várias obras do PAC. Todo mundo entendeu que aquilo não era uma coisa sem o trabalhador reivindicando...

Por fim, houve uma Comissão que foi a Belo Monte também na greve de lá. E na greve de lá — pasmem! —, o que o trabalhador estava reivindicando, Deputado Moreira Mendes? Equiparar todos os benefícios negociados lá em Jirau com a situação de Belo Monte. Foi isso. Querem o direito de baixada de 90 dias, querem o direito ao restaurante nos mesmos níveis e uma série de coisas. Essa era a reivindicação.

O que não estou entendendo é porque parece que, como a gente gosta de brincar no popular: *“Será que andou jogando pedra na cruz?”*. Porque, pelo amor de Deus, toda agenda para tratar desses assuntos negativos: Jirau. E eu acho que explicado já foi, por muitas vezes.

Mas, por fim, se for o caso de V.Exa. solicitar, vou fazer por requerimento uma diligência *in loco*, para ir lá ver com os próprios olhos e visitar esses banheiros a céu aberto, que eu desconheço, para visitar esse restaurante dessa forma que dá dor de barriga, que eu desconheço, Presidente, e ver outras coisas mais que eu não vi até hoje lá.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu fui citado...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Sibá.

Só um minutinho, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu fui citado pelo Deputado. Ele não entendeu o que eu falei. Eu coloquei aqui um relatório. Eu não fui lá. Foi a Comissão de Direitos Humanos que foi lá e trouxe um relatório a partir de informações. E eu perguntei àquele se aquilo aconteceu ou não.

(Não identificado) - Mas não foi na Camargo Corrêa. Eu estive lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o Deputado considera que eu esteja indo contra a construção.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Não, mas eu me referi ao relatório, Deputado. V.Exa. leu o relatório, e eu discordo desse relatório, porque esse relatório simplesmente não procede.

(Não identificado) - Não, o relatório é da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Procede Deputado Sibá. Deputado Sibá, eu vou esclarecer a V.Exa. Eu estive na Comissão junto com o Deputado Domingos Dutra e o Deputado Padre Ton, ambos do partido de V.Exa., o Partido dos Trabalhadores. Eu estive lá, tanto em Jirau quanto em Santo Antônio. A confusão que talvez tenha sido feita aqui é a de que este relatório não é relativo à Camargo Corrêa. Esse relatório é relativo à ENESA. E é verdade, se V.Exa. quer saber. Eu estive lá. Não só em Jirau como em Santo Antônio. Depois, fizemos uma audiência na Arquidiocese de Rondônia, em Porto Velho, com Dom Esmeraldino presente e várias lideranças. Eu não tenho por que estar inventando isso daqui. Talvez o que o Deputado Luiz Couto não tenha frisado com a ênfase devida e tenha causado aqui uma confusão é que isso não ocorreu no relatório dele. Realmente é aparentemente contraditório com o que foi demonstrado. Mas o relatório dele é com relação à ENESA, e é verdade!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Mas, então, eu queria... Mas então...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Espera, aí! Calma, Deputado Paulo. Eu estou tentando esclarecer uma aparente divergência que houve aqui, apenas como colaboração, como aspecto do problema.

Quero dizer aos senhores que esta audiência pública foi convocada porque nós recebemos um conjunto de provocações, de denúncias, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Arquidiocese e do Arcebispo de Rondônia, de várias entidades da sociedade. E a nossa obrigação aqui é apurar, sim! O nosso dever é apurar! Aliás, Deputado Moreira Mendes, esta audiência foi convocada com requerimento de V.Exa., dois requerimentos de V.Exa. Eu estranho o seu estranhamento a essa convocatória, a esta audiência. O seu requerimento foi aprovado, convocando o Dr. Marcelo Bessa e o Juiz de Direito dessa audiência. Nós aprovamos o seu requerimento para compor esta audiência pública. Então, só para a gente separar as esquisitices aparentemente aqui apresentadas.

Segundo, há 13 pessoas aqui desaparecidas ou ainda não identificadas, de acordo com o conceito subjetivo que cada uma das partes elenca aqui. O Secretário de Segurança Pública de Rondônia está aqui. O seu registro está firmado nas notas taquigráficas. Nós tivemos um cidadão, da mesma forma que eu acredito que não houve uma montagem da Camargo Corrêa para tentar nos iludir como meninos, aqueles eslaides aqui apresentados. Lógico que isso não está montado. Lógico que isso é real, como, na minha concepção, é real o depoimento deste brasileiro honrado que está aqui, pela segunda vez, traduzindo a sua história e a sua tragédia. Este cidadão ficou 54 dias preso! E eu suponho... Aliás, eu não, o Estado brasileiro já reconheceu a sua inocência, porque um juiz, numa audiência de instrução, disse que não havia materialidade suficiente para condená-lo. Ele passou 54 dias preso. Está até hoje sem documento, sem os seus pertences. Não recebeu as suas indenizações por parte da empresa. Eu perguntava aqui para o diretor da empresa, que já se comprometeu a se informar porque não tem domínio dessa informação.

Este cidadão, como tantos outros, foi capturado por um tal de Milagreiro, em Luzilândia, numa informação pela rádio, que não foi pela Camargo Corrêa. E eu deposito fé no que me disse o diretor: de que a Camargo Corrêa, quando faz a sua convocação em Belém e em São Luís, faz com os seus servidores próprios. Mas algum esperto, um "Milagreiro" esperto qualquer, está tentando ganhar um troco



nesta história, como existem dezenas, Deputado Moreira Mendes, por aí, fazendo isso. E isso é tráfico de pessoas, sim! Isso é objeto...

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Mas, Presidente, o Milagreiro já foi convocado para vir aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Já, Sr. Deputado. É porque V.Exa. está chegando agora na Comissão e não tem informação. Como foi dito aqui que está se precipitando as coisas. Esta é a 13ª audiência pública desta Comissão. E eu compreendo a desinformação de alguns Deputados aqui, porque estão chegando agora, participando, e são muito bem-vindos. Mas isso é dever desta Comissão! Treze pessoas desaparecidas! Um cidadão honesto, trabalhador, semianalfabeto, trabalhador — como tantos que estão por aí que são capturados —, passou quase 60 dias para arranjar 500 reais, para cair numa arapuca.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E, por sorte, a Camargo Corrêa conseguiu trazê-lo para a sua mão de obra. E ele foi muito honesto, quando disse: *“Não, a Camargo Corrêa pagou, nos 8 meses que eu trabalhei, direitinho”*. Não foi isso que eu entendi? Tudo certinho, tudo bonitinho! Aqui, ninguém está apeado por ninguém, nem por movimento sindical, nem por empresa alguma. Nós estamos aqui tentando cumprir a nossa função de apurar os fatos e buscar... Eu, inclusive, vou apresentar um requerimento para que a Polícia Federal investigue essa questão do tráfico de pessoas, esse aliciamento imoral que coloca o Pará, o meu Estado, o seu Estado, Deputado Moreira Mendes, os Estados do Piauí e do Maranhão, nessa rede de pobres coitados, que muitas vezes são confundidos na opinião pública, sendo satanizados, como se tivessem responsabilidade. Os nossos Estados são vítimas desse pacto federativo imoral que há neste País.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O que sobra para nós é nada! É o passivo ambiental e o passivo social, que acontece em Jirau e Santo Antônio e acontece em Belo Monte. E por isso a 13ª Turma aqui decidiu, por unanimidade, suspender a obra, lamentavelmente, porque também não sou contra o desenvolvimento. Mas não aposto mais nesse modelo de desenvolvimento em que fica a carcaça para nós em favor de interesses, e os nossos Estados, via de regra,



acabam sendo um mero almoxarifado do desenvolvimento alheio. Eu não topo mais assistir a esse filme, porque já vi várias vezes, como Tucuruí.

Deputado Sibá, jornais de hoje! Denúncias do Ministério Público Federal. Comunidades a 5 quilômetros de Tucuruí, contemplando, a olho nu, muitas vezes, o Linhão e a Hidrelétrica de Tucuruí, sem energia.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sem energia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - No meu Estado do Pará. Lá, não chegou até agora nem Luz para Todos, nem luz para poucos, nem luz para muitos, nem luz para ninguém. Estão lá. Então, 30 anos depois, nós estamos vivendo isso no Estado do Pará. Cinco quilômetros de distância, essas pessoas, em pleno século XXI, no Estado que é o maior produtor de energia do Brasil, não têm energia, em Tucuruí. Alguém é responsável por isso. Precisamos corrigir essas coisas, porque isso agride o senso comum, a lógica, a coisa mais elementar.

Então, vejam bem: nós estamos aqui, porque este trabalhador, que foi objeto da denúncia, é trabalhador da empresa Camargo Corrêa. Então, algumas perguntas aqui precisam... Da mesma forma que eu não duvido do que foi aqui apresentado, não duvido do depoimento deste cidadão. Eu posso estar até enganado. Pode ser um ator global este rapaz, mas eu estou convencido de que ele está dizendo a verdade.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É um episódio. Quantos casos iguais a esse há? Não importa, Deputado Paulo. Para mim, basta só ele!

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Eu estou concordando com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Basta apenas este caso. Pode não ter nem mais outro.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Eu concordo com V.Exa.. Agora, V.Exa. deve seguir os trabalhos da CPI. Se me permite a sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - ... a partir das informações trazidas aqui pelo Raimundo e através da pessoa que ele cita nós damos continuidade aos trabalhos da CPI.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Perfeito. É isso aí.



O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - E pronto, Sr. Presidente! Já estamos a 5 horas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais uma informação para V.Exa.: este episódio do Raimundo, quando ocorreu, nós o ouvimos numa salinha, numa Comissão de Direitos Humanos. Esse episódio da denúncia do Raimundo não está acontecendo só em Jirau, em Santo Antônio. Está acontecendo em Belo Monte, está acontecendo em todo lugar, porque é estrutural. A responsabilidade maior não é da empresa, não é de V.Exa., não é do Deputado, não é desta Casa.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mas, Presidente, qual é o fato? A tortura dele não tem nada a ver com a Camargo Corrêa. Qual é o fato dele que está acontecendo em todo lugar? É o gato, que vai lá e transporta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É o gato. É isso.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Então, vamos chamar a autoridade pública, etc.!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é, mas o gato, Deputado Marchezan, é exatamente objeto do tráfico de pessoas! Eu estou só fazendo esse esclarecimento.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Sr. Presidente, eu estou concordando. Só quero deixar bem claro que colaboro com o ponto de vista de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Só para colaborar também, Sr. Presidente, depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Por gentileza, eu quero colaborar com V.Exa.. V.Exa. está coberto de razão, quando pretende investigar o tráfico de pessoas. O que eu pondero a V.Exa. é que nós estamos já há quase 5 horas batendo sempre na mesma tecla. Então, eu queria pedir a V.Exa. que encerre a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeitamente. É isso que nós vamos fazer, depois de ouvir o Deputado Sibá Machado.



O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - E a partir da informação prestada por este digno brasileiro que se propôs a vir aqui colaborar com os trabalhos da CPI, nós possamos, então, enveredar pelo caminho de tráfico de pessoas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não. É isso que nos motiva.

Antes do Deputado Moreira Mendes, o Deputado Sibá Machado.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Só para nós livrarmos logo a responsabilidade. Se em algum momento a Camargo Corrêa teria recebido qualquer tipo de contratação dessa pessoa aí, que eu não consegui entender. É Milagreiro, Milagroso, eu não sei. Isso é um fato. Tendo isso ou não, segundo ponto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Antônio Milagre, o nome do cidadão que faz a captura dessas pessoas.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Antônio Milagre.

O segundo é tentar descobrir quem é essa pessoa para poder, através dele, chegar às outras vítimas também, ou as outras vítimas puderem nos dizer do seu verdadeiro paradeiro.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Isso é estelionato. Não é?

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Isso também já ajudaria muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Correto.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Por fim, um tipo de recomendação. Só para ver, voltando àquele assunto, qual é a empresa num complexo... Também há várias empresas trabalhando. Se há várias delas cumprindo ou descobrindo legislação trabalhista. Então, seria muito importante talvez identificar quais são as empresas que têm problemas trabalhistas em suas obras, para que a gente pudesse acionar, de imediato também, uma ação sobre isso, para a gente não ficar aqui tratando de assunto como se também estivéssemos prevaricando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Mesmo não sendo responsabilidade direta nossa, não podemos deixar um assunto desse passar em branco. E até para recomendar — já vou encerrar — que, em obra desse tamanho, houve uma reivindicação de que não se centrasse em única empresa, que pudesse dividir com



outras, para dar mais oportunidade e assim por diante. Então, daqui para frente, recomendar que uma empresa, para poder entrar numa obra desse tamanho, ela terá que se adaptar, minimamente, à legislação ou ela não terá direito, daqui para frente, a entrar mais.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado.

Deputado Moreira Mendes, rapidamente, para nós fazermos os encaminhamentos finais.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, apenas para reafirmar o que eu disse durante a minha fala, que, realmente, esse não é o objeto da CPI, mas quero dizer a V.Exa. que concordei. Concordei, tanto é que falei e fiz os requerimentos. Achei que era uma grande oportunidade, usando a expressão bíblica, para nós separarmos o joio do trigo, como fez aqui o Deputado Padre Couto. É separar quem realmente trabalha e faz a coisa certa de quem não faz. Acho que isso ficou claro.

Portanto, eu não estou absolutamente dizendo que V.Exa. não tem... Fez muito bem em ter convocado. Só estou dizendo, para ficar clara — está aqui muito claro no Decreto nº 5.948 — a definição do que é tráfico de pessoas, que não tem nada a ver com o que nós estamos discutindo. Mas foi oportuno, até para que se abram as portas para a gente continuar essa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Moreira Mendes, está certo. Esta Presidência vai insistir contrariamente ao que V.Exa. pensa e com todo respeito — ratifico — de que, primeiro, o objeto desta audiência pública é rigorosamente pertinente. Nós temos um aliciamento de uma pessoa que não tem a ver com as empresas supostamente. Pelo menos, com a Camargo, não. Já afirmou. Não sei se com outras. Mas admito que não. Alguém que está aliciando trabalhadores em condições reverses ao ordenamento jurídico para uma empreitada em que muitos deles, segundo depoimento do Raimundo, voltam sem a expectativa do trabalho. É isso? Muitos dos que chegam lá voltam sem conseguir emprego, sem conseguir fichamento. É isso?

O SR. RAIMUNDO BRAGA DE CRUZ SOUSA - É. Sem conseguir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sem conseguir o fichamento. Segundo, existem 13 pessoas que não estão identificadas. E isso pode ser objeto em se haver. Terceiro aspecto, Deputado Moreira Mendes: há uma decisão do Supremo. Nós temos autoridade para, inclusive, investigar trabalhos outros que no curso das investigações desponham como irregularidades, ilícitos ou passíveis de interesse e estima deste Parlamento. Isso é matéria vencida na jurisprudência brasileira. Então, parece-me que V.Exa. não está entendendo que o objeto desta CPI é exatamente este: a questão do tráfico de pessoas e questões correlatas. Podemos, inclusive, abordar e encaminhar a quem de direito.

Por fim, só uma sugestão. Nós temos aqui a questão do advogado. Fica apenas uma sugestão, para nós apreciarmos, Dr. Manoel, na próxima audiência, a partir inclusive da análise dos documentos, a questão da Defensoria Pública da União, com a aquiescência do advogado que está em tela, tratando dos defensores, para acompanhar o caso, e também solicitar à Polícia Federal a abertura de inquérito para investigar o tráfico de pessoas no que diz respeito a essas pessoas que até agora não foram encontradas e esse aliciador, o Antônio Milagreiro, entre outros, que está aí atuando à revelia, inclusive, das empresas — da Camargo Corrêa, com certeza, porque o diretor está afirmando —, supostamente de outras empresas que estejam atuando lá na obra.

Eu deixo esses encaminhamentos para a gente analisar na próxima audiência, já como sugestão desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Para complementar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Acho que aí, sim, há um fato grave: a questão citada do desaparecimento de 13 pessoas. Então, quem sabe, já não poderíamos, agora, avançar a propósito de eventuais notícias, informações, possíveis testemunhas que possam exatamente fazer com que possamos caminhar nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito.

Só um minutinho.

Deputado Luiz Couto, uma sugestão final também.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só o seguinte: nós temos sempre essa reunião pela manhã, e muita gente chega à tarde. Eu solicitaria a V.Exa. que, como há ainda matérias para serem votadas e também tem a indicação do 1º Vice-Presidente... Eu tenho receio de que nós terminemos a CPI e não tenhamos um (*ininteligível*)...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, nós vamos só desfazer a audiência pública, mas a sessão vai ficar aberta para que a gente possa concluir a votação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para que V.Exa. possa suspender até um certo momento, até 4 horas, para que nós possamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Chegou o Deputado Paulo Freire também. Estou só anunciando a vossa presença. Outros Deputados disseram que ainda vão passar aqui.

Eu não vou encerrar a sessão, eu vou apenas desfazer a audiência pública, se todos concordarem, agradecendo a presença a todos.

O Dr. Ermógenes queria fazer uma sugestão final. Pois não.

O SR. ERMÓGENES JACINTO DE SOUZA - Na questão dos que são considerados foragidos pela Justiça, no período de 28 de março a 4 de abril, eles foram presos no processo. Então, foram presos. Eles são identificados, consta dos autos da ação penal toda a qualificação deles. E, depois, a Justiça determinou a prisão preventiva deles, a polícia pediu no dia 4, e o juiz aceitou o pedido no dia 5, mandou prender todos os que foram considerados foragidos, mas foram identificados pela polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Entendi.

Muito obrigado, Dr. Ermógenes.

O Dr. Bessa ainda queria fazer algumas considerações, até para responder a uma indagação do Deputado Luiz Couto.

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA - Minhas escusas. Não gosto de ser inconveniente quando eu vejo que a coisa já está se encaminhando para o final. Sem ser deselegante, mas também não me eximindo de dar as explicações que foram aventadas aqui, o senhor levantou alguns questionamentos diretamente relacionados à segurança pública que ficaram pendentes de resposta.



Em respeito ao senhor e também às pessoas que estão presentes, que precisam saber dos esclarecimentos a respeito desse tema, na verdade um esclarecimento, uma pergunta que o senhor fez com base em um relatório que estava em sua posse.

Em primeiro lugar, com relação à delegacia. Supostamente, inclusive, há esse periódico aqui, que precisa de alguns outros adendos para ser feitos aqui, porque dois terços, no mínimo, do que está escrito nesse periódico aqui afetam diretamente a segurança pública em Rondônia. E eu não poderia deixar de ter essa oportunidade de fazer os esclarecimentos com relação a isso, inclusive no sentido de apurar o que está aqui, apurar em todos os sentidos, tanto os supostos crimes praticados aqui, como eventual calúnia, denúncia caluniosa, que se encontre aqui.

Não existe delegacia dentro do canteiro de obras. Não é nem interesse nosso que tenha. Nós entendemos, inclusive, que as empresas, nos consórcios, até pecam no que diz respeito à segurança privada e deveriam investir mais nessa tecnologia e nos meios para que a segurança privada funcione adequadamente e a força de segurança pública vá até esses locais somente de forma subsidiária, quando realmente houver um crime que exija a intervenção da polícia.

Então, não existe. Existe, em Nova Mutum, um Município que, creio, é muito próximo, a 10 quilômetros de Jirau. Na verdade, a nosso ver, já vem de uma gestão passada a construção dessa delegacia. A nosso ver, não deveria ser lá, deveria ser em Jaci Paraná, que é uma das cidades maiores e mais impactadas socialmente pelas obras de Jirau e Santo Antônio. Mas estamos já fazendo as adequações, nesta gestão, para que essa delegacia seja lá. Então, não existe delegacia.

A questão das intimações feitas no canteiro. O profissional está morando no alojamento. Então, equipara-se a domicílio local, onde vá se encontrar para as intimações, dentro do canteiro de obras, porque não temos outra forma de intimá-lo pessoalmente. Mas essas intimações nem sempre são para ouvi-lo na condição de investigado, até mesmo na condição de testemunha, até mesmo na condição de vítima de supostas alegações de crimes que tenha sofrido.

E, assim, não se sabe. Se a gente for até o local, acham ruim. Se a gente pede à empresa que comunique e apresente, também acham ruim, porque vão achar que a empresa está em conluio com a segurança pública para poder coagir o



trabalhador. Então, a gente fica em uma situação de se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

Então, há essas intimações. Não há interesse algum da polícia local em ter policiamento lá dentro. Tanto que, em operações do Estado, a Força Nacional se encontra, inclusive no canteiro de obras. E nós precisamos de um aporte maior de efetivo para tratar de outras frentes relacionadas inclusive a crimes agrários, na operação de defesa da vida. E nós solicitamos ao Ministério da Justiça que retirasse efetivo de dentro do canteiro de obras para que fosse empregado em outras frentes.

E, por último, com relação à Polícia Federal, Deputado, até mesmo vamos mandar, dar encaminhamento para que essas investigações sejam... Porque versam sobre eventuais abusos praticados por policiais da Força Nacional, portanto atuando no interesse da União, o que atrairia a atribuição da Polícia Federal. Então, vamos encaminhar para que isso seja também apurado lá, porque há interesse.

Confio na polícia do Estado que eu tenho. Sou Delegado da Polícia Federal, mas já fui oficial da Polícia Militar do Estado de Rondônia e delegado de polícia no Estado de Rondônia. Mas, se é para ficar mais confortável, mais transparente, não vejo nenhum óbice a que a Polícia Federal também nos auxilie nessa investigação, para apurar os fatos mais diversos que surjam dentro da sua atribuição.

É só isso, Deputado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, só para que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor não vai fazer nenhuma pergunta mais, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. É que o Dr. Luiz Carlos, eu também fiz para ele. Que ele dissesse quais são as outras empresas que têm alguma relação com a Camargo Corrêa, para a gente ver, sabe?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Essa relação, isso que o senhor está lendo aí não é relativo à Camargo Corrêa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, eu quero saber só as que tem, para a gente...

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Não, são várias.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - São várias, não é?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - São várias. Tem seis empresas que estão relacionadas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor poderia mandar isso para a Comissão?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Mando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esse material, ele vai deixar. Está lá relacionado; é do consórcio todo.

Nós agradecemos aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas; agradecemos ao Dr. Marcelo Bessa, Secretário de Estado de Segurança do Estado de Rondônia; ao Dr. Luiz Carlos Martins, Diretor de Energia da Camargo Corrêa; ao Dr. Ermógenes, advogado dos trabalhadores; ao Dr. Raimundo Braga de Souza; e ao Professor Willian, que representa aqui o Dom Esmeraldino, da Comissão de Justiça e Paz da CNBB.

Nós vamos suspender a nossa audiência e, depois, vamos ainda aprovar outros requerimentos.

Obrigado. Agradeço a presença a todos.

Um bom dia a todos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Havendo *quorum*, havendo número regimental, declaro reaberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo — CPI Tráfico de Pessoas.

Eu vou colocar à apreciação e discussão dos Srs. Parlamentares os requerimentos que estão na pauta.

Requerimento nº 44, de 2012, do Deputado Arnaldo Jordy, que requer a realização de audiência pública para ouvir a Sra. Ivanise Esperidião da Silva Santos, da Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida — Mães da Sé, sobre o tráfico de crianças e adolescentes.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.



Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Item 2: Requerimento nº 45, de 2012, do Deputado Arnaldo Jordy, que requer a realização de audiência pública para ouvir o Sr. José Maria Marin, Presidente da CBF, sobre aliciamento de crianças e adolescentes para participarem de escolinhas em clube de futebol.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Nós gostaríamos de realizar também a eleição para Primeiro Vice-Presidente, o que já está se tornando uma novela de vários capítulos.

Como, lamentavelmente, não há *quorum* para tal, declaro encerrada a reunião, agradecendo a presença a todos e dizendo que, oportunamente, será marcada nova data, local e horário para a próxima reunião desta Comissão.

Muito obrigado.